

## **RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL AMPLIADA DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA POR VIDEOCONFERENCIA NA PLATAFORMA ZOOM NOS DIAS 05, 06 E 07 DE NOVEMBRO DE 2021.**

A reunião contou com 682 participantes credenciados, sendo 476 representantes com direito a voto e 206 observadores. Estavam representadas 137 entidades, entre sindicatos e federações, minorias de entidades e oposições, movimentos populares urbanos e do campo, juventude e movimentos de luta contra as opressões.

### **Relação das Entidades participantes da reunião:**

ACAMPAMENTO DE DESCALVADO/SP; ACAMPAMENTO DONA ZULMIRA GONÇALVES/SP; ACAMPAMENTO PLANTIO VERDE/SP; ACAMPAMENTO CESP BANDEIRANTES/SP; ADMAP; MINORIA ALTERNATIVA METROVIARIOS SP; ANDES-SN; ADUFS-BA/ANDES; ASSENTAMENTO MADRE TERRA/RS; CAS-COLETIVO DE ARTISTAS SOCIALISTAS; CEDS/CPERS; COLETIVO COMANDO DE BASE-JUDICIÁRIOS/SP; COLETIVO FEMINISTA MARIELLE VIVE; CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PIRES/SP; CONSELHO INDÍGENA TREMEMBÉ/MA; FSDTM-FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS DE MG; FNP-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS; OPOSIÇÃO SINDICAL PETROLEIROS DUQUE DE CAXIAS/RJ; OPOSIÇÃO LUTA EDUCADOR/AM; CK-CACIQUE KOKAMA/AM; COLETIVO DE OPOSIÇÃO SINDICAL NO PJU DA BAHIA; OPOSIÇÃO APLB/BA; OPOSIÇÃO À DIRETORIA DO SINDIPETRO/BA; MINORIA MNOB/RJ; MINORIA SINDMETRO/PE; MINORIA FASUBRA; MINORIA PETROLEIRA TOCHA/MG; MINORIA SINDJUFE/BA; SINPA-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ALAGOINHAS/BA; SINTTEL BAHIA; ASB/CE; OPOSIÇÃO SINDIUTE/CE; SINDIUTE CONTAGEM/MG; OPOSIÇÃO SINDICATO UNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERIAS; POVO MUNDURUKU/MS; MINORIA DE DIREÇÃO SINDSCOPE/RJ; MINORIA DIREÇÃO DO SINAI/RN; MINORIA DO SEPE-RJ; MINORIA SINAL SP; MINORIA SINASEFE; MOVIMENTO MULHERES EM LUTA-MML; MOVIMENTO LUTA POPULAR; MOVIMENTO MUDA SINTE-RN; OPOSIÇÃO GARI RN; MOVIMENTO CAMPONÊS DO RINCÃO/RS; OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE CAXIAS DO SUL/RS; OPOSIÇÃO SINDISERV/RS; MOVIMENTO DE BASE JUNTOS E MISTURADOS/CE; MOICA-MOVIMENTO DE INSURGÊNCIA CAMPONESA; MNOB/SP; MNOB CAMPINAS/SP; MOVIMENTO QUILOMBO RACA E CLASSE; OPOSIÇÃO APEOESP; OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINTEPE; OPOSIÇÃO SINDICAL SINDSPREV/RJ; OPOSIÇÃO SINDICAL EDUCAÇÃO CONLUTAS/PIOPOSIÇÃO CORREIOS RJ; OPOSIÇÃO CORREIOS SP; OPOSIÇÃO SINJEP/PA; OPOSIÇÃO CPERS; OPOSIÇÃO SIMPASSO-SINDICATO DOS MUNICÍPIOS DE PASSO FUNDO/RS; OPOSIÇÃO MUDA SINTEPS/SP; OPOSIÇÃO SINTUFRJ; OPOSIÇÃO MUNICIPAIS DE GUARULHOS VOZ DOS SERVIDORES/SP; OPOSIÇÃO NACIONAL SINDICATO DE LUTA DO ASSIBGE/SN; OPOSIÇÃO SINTUPERJ; OPOSIÇÃO SIMPA RS; OPOSIÇÃO SINTEPP-EDUCADORES PA; OPOSIÇÃO DIREÇÃO DO SINTECT-CAS/SP; OPOSIÇÃO SAÚDE/SP; SINDMARKETING SE; OPOSIÇÃO DE PROFESSORES DA CSP-CONLUTAS/DF; OPOSIÇÃO SINPEEM SP; OPOSIÇÃO SINTUFES/TAES DE LUTA/ES; REBELDIA-JUVENTUDE DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA; SIMPERE; SINDSEMPPE-SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO; SINASEFE-IFES SANTA TERESA ES; OPOSIÇÃO DOS RODOVÁRIOS DE CONGONHAS/MG; SINDEESS BH; SINDICATO METALÚRGICOS SÃO JOÃO DEL REI/MG; SINDICAGESE-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. DE CIMENTO E CAL DO ESTADO DE SERGIPE; SAFER IPOJUCA/PE; SAFER-SINDICATO DA AGRICULTURA FAMÍLIA E EMPREENDEDORES RURAIS DE IGUATU/CE; FENAMP-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS; SINTUSP-SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP; SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL E REGIÃO RS; SINTUFSC-SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UFSC; COORDENAÇÃO ESTADUAL DO MOVIMENTO QUILOMBO DE SERGIPE; SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PIRAPORA MG; SINDIFPI-ANDES; SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO/SP; SINDIPETRO PA/AM/MA/AP; SINDIPETRO RJ; SINDIPETRO AL/SE; SINDISPREV-SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO RS; SINDJUS AL; SINDREDE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EDUC REDE PUBL MUNICIPAL DE BH; SINDTIFES-SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARÁ; SINDICATO DE COMERCÍARIOS PASSO FUNDO RS; SEDUFSM-ANDES; SEEB RN; OPOSIÇÃO STAFPA-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO AGROPECUÁRIO E FUNDIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ; SINTASE-SINDICATO DOS AGENTES DE SAÚDE DA REGIÃO DE ASSU/RN; SINTASE MATO GRANDE/RN; SINTRAJUD-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO; SINDSAUDE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE DO RN; STICMBPA-SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA E MOBILIÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO/SP; OPOSIÇÃO SINDICATO DOS SERVIDORES DE VINHEDO/SP; SINDICATO DOS QUÍMICOS DE VINHEDO/SP; SINDICATO METABASE INCONFIDENTES MG; SINDICATO DOS TRAB METAL DE BARÃO DE COCAIS MG; SINDSEP-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS NO ESTADO DO AMAPÁ; SINTSEP-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ; SINTSPREV-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL, SAÚDE, PREVIDÊNCIA, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MG; STPMJ-SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JACARÉ/SP; SINASEFECMR/EAMPE; MINORIA SINTET/TO; STIA-SINDICATO NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DE SJC E REGIÃO/SP; STIMMEIP-METAL ITAJUBÁ MG; SINTEST-SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO RN; SINDSERB-SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BETIM MG; OPOSIÇÃO SINTE/SC; SINTECT PE; SINTECT-VP/SP; SINTRAMITA-METAL ITAÚNA MG; SINDSEF-SP E OPOSIÇÃO SINSEPEAP-EDUCADORES DO AMAPÁ.

## **Pauta:**

### • **Sexta-feira 05/11**

1. Painel de categorias em luta – Coordenação da mesa: Aldiério Florêncio e Gesa Correa  
Servidores Públicos Federais; Educação básica; Bancários; Correios; Entregadores de SJC (vídeo); Greve da MRV; Eletricitários; Caminhoneiros; Metalúrgicos de SJC; Petroleiros; Metroviários de SP; Químicos de SJC; Haitianos e Garis RJ.
  - Vídeo com resumo dessas lutas
  - Vídeo Fenasps
  - Inserção cultural Música a PEC da Rachadinha (Zanata e Evaldo)
  - Inserção cultural Poema Maria Psoa
2. Painel de lutadores e lutadoras dos territórios rurais e urbano – Coordenação da mesa: Gilberto Marques e Rosi Pantoja.  
Raquel Tremembé/MA; Erasmo Teófilo: Lote 96/Anapu; João da Cruz: Quilombola/SE e MA; Maria camponesa de Duartina; Zé Rainha (Vídeo); Vanessa Mendonça: Luta Popular; Ocupação Banhado: Renato; Aldeia Maracanã: Marize; Osmarino Amâncio: Povos da Floresta e Marlon pelo Fóruns e Redes.
  - Vídeo de 2 min com resumo dessas lutas
  - Vídeo de Waldemir Soares sobre as lutas e o caráter sindical e Popular da CSP-CONLUTAS
  - Inserção cultural Vídeo Aline
  - Inserção cultural poema Rosália Nascimento

### • **Sábado 06/11**

1. Painel de luta contra o Racismo e Machismo – Coordenação da mesa: Setorial Negras e Negros e de Mulheres – Maristela Farias, do MQRC (Movimento Quilombo Raça e Classe) e Sandra Moreira, do MML (Movimento Mulheres em Luta) do Pará
  - Vídeo Mulheres
  - Vídeo Negr@s
2. Painel de Conjuntura Internacional – Coordenação da mesa: Mirna Freire e Dayse Oliveira  
Apresentação Herbert – Setorial Internacional
  - Inserção cultural Clipe Reconhecida (Maria Psoa)
3. Debate de conjuntura e atividade – Coordenação da mesa: Paulo Barela e Rita Souza  
Apresentação Mancha e Rejane (SEN); Regina (ANDES) e Nancy (Unidos para Lutar/SEN)
  - Inserção cultural Clipe Fora Bolsonaro (Preta Lu)

### • **Domingo 07/11**

- Inserção cultural Clipe Manifesto Preto
1. Apresentação e votação das Resoluções, Relatórios dos Setoriais e Moções – Coordenação da Mesa: Rosália Fernandes e Joaquina Oliveira
  2. Prorrogação de mandato da Secretaria Executiva Nacional, Conselho Fiscal e Comissão de Finanças.

#### **1. Painel sobre categorias em luta**

A mesa deste painel foi mediada pelos companheiros Aldiério e Gesa da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, sendo composta por representantes das seguintes categorias em luta: Servidores Públicos Federais; Educação básica; Bancários; Correios; Entregadores de SJC (vídeo); Greve da MRV; Eletricitários; Caminhoneiros; Metalúrgicos de SJC; Petroleiros; Metroviários de SP; Químicos de SJC; Haitianos. Foi uma mesa muito rica na troca de informações e experiências sobre as lutas de resistência diante dos graves ataques por parte dos governos e patrões. Após debate não houve deliberação específica sobre o tema.

#### **2. Painel dos Lutadores e Lutadoras dos territórios rurais e urbano**

Esse painel foi conduzido pelos companheiros Gilberto Marques e Rosi Pantoja, e foi composta por representantes dos seguintes setores: Raquel Tremembé/MA; Erasmo Teófilo (Lote 96) / Anapú; João da Cruz / Quilombola/SE e MA; Maria - camponesa de Duartina; Zé Rainha (Vídeo); Vanessa Mendonça/Luta Popular; Renato/Ocupação Banhado; Marize/Aldeia Maracanã; Osmarino Amâncio / Povos da Floresta e Marlon / Fóruns

e Redes. Essa mesa reafirmou a necessidade de unidade dessas lutas, denunciando o processo de criminalização e genocídio da classe trabalhadora do campo e da cidade e do povo pobre, preto, da periferia. Após debate não houve deliberação específica sobre o tema.

### **3. Painel de luta contra o Racismo e machismo**

Esse painel foi organizado pelo Setorial de Mulheres e pelo Setorial de Negras e Negros da Central e foi conduzido pelas companheiras Sandra do Pará e Maristela, essa mesa contou com a apresentação de vídeos e destacou a questão das opressões que envolve o racismo e machismo numa sociedade capitalista. Foi um painel muito especial no que tange as lutas contra qualquer tipo de opressão. Após debate não houve deliberação específica sobre o tema.

### **4. Painel sobre Conjuntura Internacional**

Esse painel foi mediado pelas companheiras da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas Mirna e Dayse, e apresentado pelo companheiro do Setorial Internacional Herbert Claros, que destacou alguns dos principais fatos e acontecimentos da luta de classes nesse período, marcado por uma grave crise sanitária, econômica e social em todo o mundo. Após debate não houve deliberação específica sobre o tema.

### **5. Conjuntura Nacional e Atividades**

Essa mesa foi coordenada pelos companheiros da Secretaria Executiva Nacional Rita e Barela. O debate foi realizado a partir de uma mesa formada pelos companheiros da SEN Mancha e Rejane, Regina de Ávila, secretária Geral do ANDES, Nancy e Danilo, também membros da SEN, que fizeram a apresentação inicial. O tema debatido girou em torno da crise do capitalismo, que se aprofunda a cada dia, e da consequente necessidade de construção de uma alternativa socialista, única capaz de atender as reivindicações dos/das trabalhadores/trabalhadoras e do conjunto do povo pobre oprimido explorado pela classe burguesa. Fruto desse debate e das discussões ao longo da reunião foi aprovado o seguinte texto de resolução:

**Fortalecer a luta contra a PEC 32! Todo apoio às lutas e greves em curso!**

**Por um forte dia de mobilizações em 20 de novembro, dia da Consciência Negra!**

**Unidade de ação e intensificação das lutas para botar pra Fora Bolsonaro e Mourão, já!**

**Rumo à Greve Geral!**

No último período nós lançamos com todas as forças nas iniciativas, atos e mobilizações unitários coordenados pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro. Identificamos e reafirmamos que a retomada das lutas compunha um dos principais elementos da luta de classes na atual conjuntura e assim ocupamos as ruas e levantamos nossas bandeiras, ao passo que em todo esse processo insistimos com as outras Centrais Sindicais, lideranças políticas e de oposição ao governo, bem como com as organizações populares em geral, na necessidade de apoiados nas lutas irmos preparando a necessária Greve Geral para avançar na tarefa de pôr abaixo esse governo genocida.

Reafirmamos nosso compromisso em seguir os esforços para manter e somar a mais ampla unidade de ação visando deter esse governo, mas ao mesmo tempo registramos nossa crítica à cúpula dirigente do movimento, em especial às maiores Centrais Sindicais, por terem se recusado a qualquer iniciativa rumo à construção da Greve Geral.

Lamentamos também que, após acumularmos seis grandes atos nacionais pelo Fora Bolsonaro, em vez de avançarmos para um novo ato no dia 15 de novembro, como chegou a ser divulgado, a maioria da direção da Campanha tenha optado por desmontar a mobilização e sequer definir outra data de luta unificada e nacional ainda nesse ano.

São erros graves diante de um governo de ultradireita e num momento em que aumenta a aflição e sofrimento de nossa classe, com o aprofundamento da crise econômica, do desemprego, da carestia e com mais de 600 mil mortos vítimas da Covid-19.

### **A luta contra a PEC 32**

A proposta de Bolsonaro com a PEC 32 é, na prática, a destruição total e completa do caráter de proteção social conquistado na Constituição de 1988, mesmo com todos os limites que conhecemos. Não se trata, portanto, apenas de um ataque ao serviço público em si ou aos servidores públicos de nosso país. Mas, sim, a toda a classe trabalhadora e população em geral.

Com essa compreensão, uma importante luta tem marcado a conjuntura e enfrentado esse duro ataque. Com mobilizações nos estados, especialmente no Distrito Federal, foram realizados dias de protestos e temos ocupado os aeroportos e pressionado deputados e senadores, exigindo “Não à Reforma Administrativa”. Ancorados na realização da plenária nacional unitária das três esferas do funcionalismo, nossa luta tem conseguido barrar essa medida até aqui. O caráter unitário dessas mobilizações tem se expressado e ganhado força.

Nossa Central irá seguir esse processo de luta unitária e acreditamos na possibilidade de derrotar o governo e os interesses dos banqueiros e empresários, o que é fundamental, afinal, a PEC 32 é a privatização geral e irrestrita dos serviços públicos a serviço do lucro, do “trem da alegria” e do fisiologismo da ultradireita e de inúmeros outros setores corruptos do Planalto, do Congresso e também dos estados e municípios.

Essa luta contra o desmonte do Estado brasileiro também tem se expressado nos estados e municípios onde nossa classe está lutando e enfrentando governos, de direita e de esquerda, que vêm impondo contrarreformas semelhantes em suas localidades. Ou seja, todos estão submissos aos interesses dos ricos e impondo o desmonte dos direitos e dos serviços públicos.

### **A crise econômica capitalista está levando mais miséria à classe trabalhadora. Como no mundo, no Brasil, a classe luta e resiste**

Assistimos a uma brutal piora nas condições de vida de nosso povo. Em todo o mundo, em meio à crise econômica capitalista, o imperialismo aprofunda processos de recolonização, aumentando a rapina e a pilhagem nos países dependentes.

No Brasil, esse processo impõe um rebaixamento de nosso papel na economia mundial, provocando desindustrialização e relegando o país à mera tarefa de exportador de commodities.

É assim que temos 20 milhões passando fome, 90 milhões no subemprego, quase 15 milhões de desempregados formais, arrocho nos salários e precarização para os que conseguem emprego. Uma carestia violenta impõe mais miséria e humilhação a grande parte de nossa classe. Ninguém aguenta mais ser obrigado a pagar R\$ 120 no botijão de gás, R\$ 7 na gasolina, pagar tarifas de energia que aumentaram mais de 30% e pagar o preço de alimentos básicos, como tomate, arroz, óleo, carne ou frango, que atingiu um valor que impede o acesso à alimentação. São 55 milhões de brasileiros em estado de insegurança alimentar, sem ter a certeza do que terão para comer no dia de amanhã.

Frente a essas consequências duríssimas causadas por esse governo à vida de nosso povo, temos observado indignação, rupturas com o governo e muitas lutas, mobilizações e resistência. Além das lutas contra a PEC 32 que já citamos, estamos assistindo à luta de caminhoneiros e caminhoneiras autônomas em processo de greve. Tivemos as greves dos operários da GM de São Caetano do Sul-SP, dos operários (as) da MRV em Campinas e dos terceirizados da Petrobrás em Cubatão e Urucu-Manaus, dos trabalhadores de aplicativos, bem como a vitória dos Metroviários de São Paulo contra o despejo de sua sede. Vimos as metalúrgicas de São José dos Campos conquistarem o direito à licença-remunerada em casos de violência doméstica e os químicos de SJC que impediram dezenas de demissões. Houve ainda um novo levante dos garis no Rio de Janeiro; a resistência dos trabalhadores da Educação pelo país como, por exemplo, no município de São Paulo, entre tantos outros processos que ocorrem em meio à ofensiva ultraliberal que privatiza, ataca direitos, liberdades democráticas e a nossa soberania nacional.

Nesse contexto o governo sofre abalos, desgaste e queda de popularidade e cabe a nós seguir lutando para dar um sentido político comum a todos esses processos, unificá-los, e exigir das demais Centrais Sindicais a construção de uma Greve Geral para intensificar a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão, já!

### **Morar e produzir é um direito! Demarcação, titulação, reforma e revolução agrária, já! Despejo zero!**

Em meio à crise econômica, política e sanitária se mantém uma brutal ofensiva a partir do governo Bolsonaro e seus aliados do latifúndio, do agronegócio e grandes corporações contra os povos originários, comunidades tradicionais, pequenos agricultores e, nas cidades, contra o povo pobre das periferias.

Nossos irmãos e irmãs indígenas protagonizam uma heroica resistência contra o PL 490, o chamado Marco Temporal, que quer acabar com a demarcação das terras desses povos. As comunidades quilombolas sofrem abandono, invasões e preconceitos constantes e resistem bravamente.

A defesa dos povos tradicionais e da agricultura familiar contra a pressão do agronegócio é ainda mais decisiva em um contexto de aprofundamento cada vez maior da crise ecológica e climática, com efeitos danosos para as condições de vida desta e das futuras gerações.

Nos centros urbanos, milhares de famílias sofrem, mesmo em meio à pandemia, frequentes despejos violentos em benefício da especulação imobiliária, mas também protagonizam enfrentamentos permanentes na luta por moradia, como fazem os camaradas do movimento Luta Popular neste momento na ocupação dos Queixadas, em Cajamar (SP), ameaçada de desocupação, entre tantas outras.

## **20 de novembro: dia de luta contra o racismo e pelo Fora Bolsonaro e Mourão, já!**

Na crise do capitalismo em escala mundial é sobre o conjunto de nossa classe que eles descarregam todas as mazelas na tentativa de repor suas taxas de lucro. Um setor de nossa classe, no entanto, é sempre o mais agredido e, no Brasil, esse setor foi submetido a mais de 300 anos de escravidão e violência, que é o povo negro, especialmente a mulher negra.

O próximo 20 de novembro, dia da Consciência Negra, será dia nacional de luta e nossa Central deve se jogar na construção dessas mobilizações e, junto à luta contra o racismo e toda forma de opressão; levantar a bandeira pela redução e congelamento dos preços dos alimentos; em defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, com aumento geral de salários e reposição automática pela inflação; e todas as reivindicações mais sentidas de nossa classe, e, principalmente, pelo Fora Bolsonaro e Mourão, já!

Em todos os estados, cidades e regiões devemos nos somar às coordenações unitárias de preparação dessas mobilizações, bem como levantar as nossas bandeiras, mover nossas categorias e/ou setores organizados da Central, para a realização de um forte dia de protestos.

De nossa parte, seguiremos apostando no caminho das lutas, na realização de marchas nacionais e continuidade das mobilizações, insistindo na necessidade da preparação da Greve Geral, mantendo todos os nossos esforços para intensificar a ampla unidade de ação.

Não nos submeteremos ao imobilismo planejado de direções burocráticas a serviço do mero calendário das eleições de 2022 e, nesse sentido, buscaremos iniciativas que nos permitam apontar novas ações com, por exemplo, os companheiros (as) da Intersindical - Instrumento de Luta e todos aqueles que se dispuserem a enfrentar nas lutas e nas ruas esse governo.

Por isso, desde já apoiamos e nos incorporaremos à realização do dia nacional de lutas que o funcionalismo indica para o dia 8 de dezembro.

## **Em defesa de um programa classista e socialista**

No contexto de nossas lutas gerais, pelo fortalecimento dos atos do 20 de novembro, contra a PEC 32, contra a carestia, por empregos, direitos, em defesa das liberdades democráticas, contra as privatizações e em defesa de nossa soberania, pelo Fora Bolsonaro e Mourão, devemos seguir inseridos e fortalecendo a resistência de todas as lutas populares de nossa classe.

Nesse marco vamos ainda incluir a discussão estratégica de fortalecimento do caráter sindical e popular de nossa Central e nossa organização como instrumento alternativo de luta de nossa classe, bem como reafirmar nosso programa de emergência frente à atual crise e a necessidade de ruptura com esse sistema opressor, a destruição do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista para o futuro da humanidade.

## **6. Outras Resoluções**

### **Resolução sobre a prorrogação do mandato da SEN –Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas**

O estatuto da Central Sindical e Popular CSP Conlutas determina que sua direção nacional, a SEN - Secretaria Executiva Nacional, seja eleita a cada 2 anos, na RCN – Reunião de Coordenação Nacional seguinte após a realização do Congresso.

#### **Considerando:**

1. Que a atual direção foi eleita na RCN de fevereiro de 2020, realizada logo em seguida ao IV Congresso (outubro de 2019), de acordo com a determinação estatutária da CSP-Conlutas;
2. Que o mandato da atual direção expira em fevereiro de 2022;
3. Que o V Congresso, que daria início ao processo de eleição da nova direção, deveria ser realizado em outubro de 2021;
4. Que, em função do grave estágio da pandemia e da consequente inviabilidade de realização de forma presencial, e conforme decisão da RCN – Reunião de Coordenação Nacional de 11 e 12 de junho de 2021, o V Congresso foi adiado para o primeiro semestre de 2023;

5. Que a RCN de junho de 2021 também decidiu pela realização de uma “RCN Especial e ampliada” no segundo semestre de 2021 que, além do debate de conjuntura e do plano de lutas, teria a tarefa de votar e legalizar a prorrogação do mandato da atual SEN – Secretaria Executiva Nacional.

**A RCN – Reunião de Coordenação Nacional realizada em 05,06 e 07 de novembro de 2021 resolve:**

1. Ratificar a decisão da RCN de junho de 2021 de que o V Congresso seja realizado de forma presencial no primeiro semestre de 2023. Obviamente que, dependendo da conjuntura política e das necessidades da luta de classes, as próximas RCN’s poderão antecipar a realização do V Congresso;
2. Prorrogar o mandato da atual SEN – Secretaria Executiva Nacional, bem como do Conselho Fiscal e da Comissão de Finanças até outubro de 2023;

**RCN – Reunião de Coordenação Nacional**

São Paulo, 07 de novembro de 2021

**Resolução sobre a criação da Executiva Regional do Brasil Central**

**Considerando que:**

- 1- A CSP-Conlutas precisa garantir a capilaridade do funcionamento de suas instâncias para permitir de forma mais eficiente a intervenção política da nossa central na luta de Classes;
- 2- Na região Centro-Oeste do Brasil e em Tocantins, nossa central possui entidades e movimentos filiados, mas não tem conseguido garantir a existência plena de executivas estaduais e reuniões de coordenações estaduais, em função da quantidade ainda pequena de ativistas, entidades e movimentos que estão atuando na central nesses estados;
- 3- A ausência de organismos estaduais com funcionamento regular nesses estados (DF, MS, MT, GO, TO), impacta negativamente nas possibilidades de intervenção da CSP-Conlutas na região.

**A RCN de novembro de 2021 resolve:**

- 1- Autorizar, excepcionalmente, o funcionamento de uma coordenação política composta pelos estados (DF, MS, MT, GO, TO), que compõem a região do Brasil central, sob supervisão da SEN. A manutenção ou não desta comissão deverá ser discutida e/ou ratificada na próxima reunião de coordenação nacional da CSP-Conlutas.

**7. Relatórios dos Setoriais – APROVADOS**

**Educação**

O Setorial da Educação foi realizado na terça feira, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, (28/09/2021), iniciando às dezessete horas e vinte minutos, (17h20 min), com a coordenação da Professora Joaquina que apresentou a pauta e as palestrantes, a Professora Tamara André- Unioeste e a Professora Rivânia Moura - ANDES.

O representante do setorial iniciou a apresentação do relatório informando os pontos de pauta da reunião do setorial: 1- Informes sobre o Novo Ensino Médio; 2- Informes sobre a reforma administrativa; 3- Encaminhamentos; 4- Informes da eleição de Recife; 5- Congresso da CNTE. A Professora Tamara André-Unioeste, fez o informe da Reforma do Ensino Médio, destacando os prejuízos que essa lei trará para a educação pública, para alunos e professores (as).

A Professora Rivânia Moura, deu o informe sobre a movimentação em torno da reforma administrativa, a PEC 32 na Câmara dos Deputados, a votação e a manobra que o governo fez na comissão. Essa PEC 32, não serve em nada para a classe trabalhadora e a população pobre, é preciso continuar com a unidade de classe e a pressão para derrotar essa PEC, continuar com a pauta de luta pelo fora Bolsonaro e Mourão e contra a PEC 32 e a reforma do Ensino Médio. A reforma administrativa, que tem como objetivo a privatização e o fim dos serviços públicos.

Após a fala das duas professoras, foram abertas dezoito (18) inscrições de cinco minutos (05) para os participantes fazer suas contribuições acerca dos dois informes apresentados. A reunião do setorial contou com cinquenta e dois (52) participantes. As falas de todos os dezoito participantes inscritos, destacou a importância do debate político sobre esses temas, da mobilização de todos os setores do serviço público e de toda a população, que esse debate deve ser reproduzido nos estados e municípios, onde nós atuamos. Também algumas falas criticaram a atuação da maioria das centrais sindicais que não pegaram esse debate da PEC 32, como tema central.

Os encaminhamentos apresentados nesses dois informes foram:

- Defender a unificação das lutas e a construção de uma greve nacional do serviço público contra a PEC32 e as reformas administrativas estaduais e municipais e em defesa dos serviços públicos. Que essa greve nacional do funcionalismo seja um ponto de apoio para a construção de uma greve geral nacional de toda a classe trabalhadora.
- Fazer um boletim informativo sobre os impactos negativo dessa PEC e sua relação com a Reforma do Ensino Médio; boletim eletrônico sobre as reformas (pela CSP);
- O Setorial da Educação se posiciona contra a implantação do chamado Novo Ensino Médio e pela anulação da Reforma EM e da BNCC, assim como é parte da organização da luta pela retirada integral e imediata da; encaminhar uma comissão do setor para fazer uma carta aberta contra essa reforma e BNCC;
- Lutar para aprovação do Piso Nacional para funcionários de escola, como trabalhadores em educação.

No setorial foi informado que o Congresso da CNTE, está previsto para acontecer em janeiro de dois mil e vinte e dois (01/2022), deve-se organizar nos meses de outubro e novembro reuniões para eleger os delegados, será um (01) delegado a cada quinhentos (500) sócios, devemos fazer o levantamento desses delegados.

A eleição do SIMPERE acontecerá nos dias vinte e três (23) e vinte e quatro (24) de novembro, precisamos organizar os setores nos quais atuamos para contribuir com a ajuda financeira e política, essa eleição é muito importante para o conjunto da nossa central.

Na sequência teve o informe sobre o machismo e o informe sobre a Professora Cris, que foi demitida no Interior de São Paulo, por perseguição política, é necessário intensificar a luta pela reintegração da camarada. Além do apoio político e financeiro a professora, é preciso aprovar uma campanha a nível nacional em defesa da reintegração, que a CSP assuma essa campanha. Sobre o informe do machismo a Professora Flavia relatou o que vem acontecendo com frequência na direção da APEOSP, por parte de alguns membros da direção, que tem atitudes e falas machistas. Foi encaminhado que o setorial aprove uma moção de repúdio e encaminhe a direção da APEOESP.

### **Campo**

O Setorial Camponês de Povos Tradicionais e Originários se reuniu no dia 15/10 pela plataforma Zoom com a seguinte pauta:

- Conjuntura; Finanças; Atividades e Informes.

Participaram aproximadamente 30 ativistas representando os estados do RS, SP, MA, AM, PE e CE e as etnias indígenas: Guajajara/Tenetehara, Kokama/Sateré Mawé, Krikati, Kamaiura/Yawalapiti e Tremembé. A política de conjuntura foi exposta por Zé Maria da Federação Metalúrgica de Minas Gerais.

Em seguida, Waldemir Soares Jr do Setorial e da Regional SP da Central expôs a necessidade da contribuição financeira com a Central para o fortalecimento das ações políticas e da independência. Superado os pontos de conjuntura e financeiro, o companheiro Piauí da Regional de SP, tratou da Marcha pela Reforma Agrária encabeçada pela Frente Nacional de Lutas e com a participação da Regional SP da Central.

A atividade acontecerá no período de 10 a 15/11.

Igualmente superado o ponto de atividades, seguiram-se os informes:

- O Ministro Alexandre de Moraes devolveu o processo que trata do Marco Temporal para julgamento do STF;
- A CSP ingressou com medida judicial no STF para tentar impedir a reintegração de posse do acampamento CESP Bandeirantes na cidade de Paulicéia/SP.

### **LGBT**

A reunião do setorial LGBT ocorrida em outubro/2021 contou com a participação das seguintes organizações: Oposição ao SindUTE MG; Rebeldia; Sindicato da Construção Civil de Fortaleza, além de contar com outros participantes não organizados, mas que reivindicaram a presença na reunião de setorial.

O debate de conjuntura contou com a exposição da situação de carestia que assola a classe trabalhadora brasileira com o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro no poder. A aplicação de todo o ajuste fiscal localiza a classe trabalhadora em situação de miséria permanente e explicita cenas dramáticas como a disputa por ossos em açougues e mercados. O Brasil hoje conta com um número equivalente a 92 milhões de pessoas em desemprego, em subempregos ou na informalidade, enquanto 315 bilionários brasileiros se enriqueceram durante a pandemia, devido à concentração do Produto Interno Bruto (PIB) se concentra nas mãos de alguns empresários. Dessa forma, a classe trabalhadora atravessa um cenário de pobreza, em que mais da metade da população brasileira se encontra em situação de insegurança alimentar e o número de habitantes em favelas e aglomerações quase dobra em dez anos.

O cenário para as LGBTs da classe trabalhadora também apresenta estatísticas assustadoras, com o desemprego crescendo. O índice de pessoas LGBTs desempregadas é quase três vezes maior quando se compara às pessoas heterossexuais. Ao se considerar pessoas transexuais, a proporção aumenta e o desemprego pode chegar além dos 70 %.

Enquanto Bolsonaro e sua equipe avançam ao espalhar fake news, morte e miséria, A LGBTfobia continua ocorrendo, mesmo no interior de sindicatos e organizações que têm como objetivo unir a classe trabalhadora. A reunião contou com a participação de trabalhadores em setores culturais e construção civil que tem enfrentado ataques LGBTfóbicos em suas cidades e locais de trabalho. Os relatos que ocorreram durante a reunião foram comoventes e apontaram até mesmo ameaças de morte. Durante a reunião foi disponibilizado o endereço digital de uma petição que colhe assinatura para combater casos apresentados. As denúncias ocorreram durante a reunião e, assim, foram decididas as seguintes ações:

- Ampliar as denúncias de casos de LGBTfobia que ocorrem em diversos ambientes: encampar uma campanha para além da CSP Conlutas;
- Utilizar nossas redes sociais e canais de comunicação para denunciar os casos relatados em nossa reunião, pois se constituem em ameaça à vida de LGBTs da classe trabalhadora;
- Utilizar as redes sociais para denunciar também os casos de transfobia, que aumentaram durante a pandemia do novo coronavírus;
- A campanha de denúncia deve ter como objetivo disseminar todo o material que for endereçado ao setorial. As denúncias devem ocorrer através do envio de e mails e mensagens de whatsapp, por exemplo;
- Continuar orientando a participação de LGBTs em atos pelo Fora Bolsonaro. A presença de LGBTs nas ruas tem sido importante e as reformas aplicadas pelo plano ultra neoliberal de Paulo Guedes visa precarizar ainda mais as condições de vida do povo pobre e trabalhador. A PEC 32 (Reforma Administrativa) é um exemplo disso.

## **Internacional**

1. - Imigrantes Haiti
2. - Cuba
3. - Próximas atividades da Rede (encontro África dia 23)
4. - Informe Daniel Ruiz e Cesar Arakaki
5. - Informe congresso Solidaires
6. - Informe Congresso Saharauis (UGTSARIO)
7. - Informe artista palestino (Wilson)

### **1 - Imigrantes**

Ação na justiça para trazer imigrantes de maneira legal para o Brasil. A ideia é fazer uma assembleia da associação para deliberar sobre o apoio aos imigrantes. Já tem 1600 assinaturas para ajudar nessa campanha. A ideia é fazer a assembleia no dia 31 de outubro às 14h na quadra dos metroviários. A CSP-Conlutas estadual vai ajudar com a estrutura do evento e um café.

Pedido para que imprensa da central dê apoio na divulgação do evento.

### **2 - Cuba**

Continua a repressão em Cuba, e um grupo de intelectuais e ativistas de esquerda que criticam a repressão estão chamando um dia de protesto para 15 de novembro. O governo não aceitou o pedido para o protesto.

Já saiu matéria no site da central em solidariedade e a central deve continuar a campanha pela libertação dos presos políticos e contra a repressão em Cuba, sempre se pautando pela luta anti-imperialista e contra o processo de restauração capitalista na ilha.

### **3 - Próximas atividades da Rede**

Reunião internacional de construção da RSISL na África - dia 23 de outubro - 10h (Brasília). Até agora está garantida a presença de ativistas do Congo, África do Sul, Senegal, Namíbia e Zâmbia. Ainda é possível que outras organizações se incorporem na reunião internacional.

Estamos discutindo a possibilidade de fazer uma reunião da RSISL do continente americano como preparação do encontro global de abril de 2022. A proposta é realizar essa reunião no início do ano que vem.

### **4 - Informe Daniel Ruiz e Cesar Arakaki**

Foi feita a declaração da promotória, os promotores pediram uma pena de 3 anos de reclusão para Daniel e 3 anos e meio para Cesar Arakaki. A sentença deve sair em novembro. Vamos intensificar a campanha internacional contra a prisão e as acusações contra os companheiros.

### **5 - Informe do congresso do Solidaires**

O Congresso do Solidaires foi de 27 de setembro a 1 de outubro, contou com mais de 400 pessoas e foi focado no debate sobre a situação política da França a partir da crise econômica e os ataques antidemocráticos por

conta da pandemia. Também tem um debate contra o crescimento da ultradireita no país. No dia 2 de outubro foi realizada uma reunião da coordenação da Rede e também a plenária virtual como preparação do encontro global que irá ocorrer de 21 a 24 de abril de 2022 em Dijon, França.

**6 - A central recebeu o convite para a participação no congresso da UGT-SARIO do povo Saharaui** que será em meados de 14 e 15 de dezembro em um campo de refugiados na Argélia.

## **Mulheres**

### **1. Encaminhamento Conjuntura**

- ✓ Participar das manifestações no dia 28/10 – Dia do servidor público
- ✓ Construir e participar dos atos pelo Fora Bolsonaro
- ✓ Construir e participar das atividades do 20 de novembro – Dia da Consciência Negra/Marcha da periferia; e do 25 de Novembro – Dia de combate a violência contra a mulher
- ✓ Construir uma campanha de redes sociais pela derrubada do veto de Bolsonaro a distribuição de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade
- ✓ Denunciar a justiça burguesa e exigir a derrubada da sentença no caso de Mari Ferrer. Não existe estupro culposo!

### **2. Encaminhamento sobre a Campanha permanente de combate ao machismo nas instâncias da central**

- Fazer o lançamento da campanha na coordenação nacional ampliada de novembro
- Que todas as entidades de base discutam a campanha e se comprometam a construí-la no dia a dia;
- Utilizar os vídeos que serão lançados na coordenação para apresentar a campanha nas diretorias e atividades de base das entidades

### **3. Encaminhamentos de moções**

- ✓ Moção sobre o caso Mari Ferrer (Fabíola/SP)
- ✓ Moção contra os casos de machismo na base da educação de SP (Flávia/SP)
- ✓ Moção de repúdio ao caso de assédio por chefe do metro do DF
- ✓ Moção de repúdio ao veto de Bolsonaro a distribuição e absorventes (Giselle/ES)
- ✓ Moção de repúdio ao projeto de Lei que visa o retorno das mulheres grávidas ao trabalho presencial (Sandra/PA)
- ✓ Moção de Referência à conquista da licença remunerada, para mulheres vítimas de violência doméstica, no acordo coletivo dos metalúrgicos de SJC (Marcela)

## **Movimento Popular**

Fizemos um debate de conjuntura, buscando entender movimentações mais amplas que têm ocorrido no Brasil que ajudam a explicar o fenômeno Bolsonaro e a tentarmos compreender as tendências de desenvolvimento do capitalismo atual e a relação disso com as lutas no território.

Depois fizemos uma rodada de informes sobre questões mais urgentes do movimento popular urbano da CSP Conlutas.

Ao final algumas propostas de encaminhamento a serem aprovadas na próxima Coordenação Nacional da CSP Conlutas.

### **Conjuntura**

- Estamos vivendo uma fase de transformação na história: as regras que antes organizavam as relações e os conflitos sociais estão parando de funcionar, mas novas regras ainda não conseguiram se estabelecer.
- Assim como em fases de transição anteriores (décadas de 1920/1930 e 1960/1970) vemos hoje explosões de INQUIETAÇÃO POPULAR E INICIATIVAS DE CUNHO AUTORITÁRIO QUE QUEREM REPREENDER A INSATISFAÇÃO e que tentam assumir controle sobre conflitos crescentes.
- **1)** O Brasil da segunda metade do século XX foi marcado pela industrialização e pelo protagonismo da burguesia industrial. Esta fração da burguesia construiu as bases para dirigir a sociedade civil (grande mídia, universidades), assim como foi a grande protagonista do período militar no Brasil. Durante a segunda metade do século XX, algumas categorias operárias tiveram protagonismo na organização da classe trabalhadora em escala nacional.
- Nas últimas décadas estamos vivendo uma transformação social de grandes proporções no Brasil: a DESINDUSTRIALIZAÇÃO. Isso tem implicado em uma perda da capacidade da burguesia industrial centrada na região sudeste (em especial em São Paulo) para organizar as classes dominantes no país. Em contraponto, tem se fortalecido os setores da burguesia mais diretamente ligados à produção e comercialização de commodities minerais (minério de ferro) e agrícolas (soja).

- Isso significa imensos ataques aos territórios, como temos visto a destruição da Amazônia e outro biomas, ataques aos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.
- Com a intensificação da crise econômica, a terra que é um bem muito valioso, têm sido alvo de ataques pelos capitalistas que querem retomar territórios (através de despejos), seja para a especulação, para grandes obras, etc. violentamente removendo famílias. Foram muitos despejos na pandemia, mesmo com a crise sanitária e as decisões do STF sobre o Despejo Zero.
- **2)** A acumulação predatória de capital envolve também um crescente fortalecimento dos MERCADOS ILEGAIS de drogas e armas pelo país. Ao longo das últimas décadas tem se fortalecido setores das classes dominantes que impulsionam uma PARAMILITARIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. Destacam-se neste processo FACCÇÕES E MILÍCIAS, que estão estruturando novas relações de poder não apenas os grandes centros urbanos, mas por todo o interior do país
- Isso significa o aumento dos conflitos territoriais urbanos, na medida em que esses grupos disputam o controle das periferias, inclusive entrando no mercado ilegal de terras, e também na possibilidade de repressão aos movimentos populares organizados nas periferias, que buscam disputar o território para a auto-organização da classe em luta (e não para interesses econômicos).
- As polícias mataram mais durante a pandemia, e a violência que sempre foi presente na Periferia tem se intensificado. Inclusive como forma de reprimir a revolta contra a fome, o aumento do preço da comida, o desemprego, os despejos.
- **3)** Estas transformações na acumulação de capital provocaram profundas MUDANÇAS NA CLASSE TRABALHADORA no país. Os setores operários diminuíram e as antigas redes de solidariedade imersas no catolicismo popular, que tiveram protagonismo nas lutas das décadas de 1970 e 1980 perderam força. A fragmentação das redes que organizavam a classe trabalhadora anterior também acarretou em transformações na religiosidade popular, com o avanço da base evangélica.
- Essas mudanças no “andar de baixo” não significam, evidentemente, a perda da importância da organização sindical. Mas, se já existiam diversas formas de organização da nossa classe ligadas ao território (dos quilombos, aos indígenas, aos bairros que na ditadura se mobilizavam em apoio às greves, passando pelas lutas contra a carestia, aos levantes de comunidades contra o genocídio da polícia, e as ocupações rurais e urbanas), hoje, com o aumento da precarização das condições de trabalho, da informalidade, do desemprego, existe um imenso contingente de trabalhadoras e trabalhadores que não possui sequer local de trabalho e/ou sindicato a partir do qual se organizar.
- Nesse sentido, as lutas no território se mostram muito importantes, se queremos ajudar a organizar o conjunto da nossa classe, que é formada por uma diversidade de pessoas cada vez mais longe das tradicionais relações de trabalho.
- O BOLSONARISMO é o expressão destas três transformações estruturais da sociedade brasileira: 1) Crescente protagonismo político dos setores das classes dominantes mais diretamente vinculados a uma acumulação cada vez mais predatória, 2) Crescente paramilitarização da sociedade civil no Brasil e na América Latina, baseada no fortalecimento dos mercados ilegais de armas e drogas, 3) Fragmentação das redes de solidariedade da classe trabalhadora e transformações na religiosidade popular com o crescimento da base evangélica. A famosa bancada do Boi, da Bala e da Bíblia. A isso se soma a insatisfação e rechaço aos anos de governo PT.
- O debate sobre o Fora Bolsonaro Mourão e todo seu governo, mas mais que isso, pra organizar os de baixo pra derrubar TODOS os de cima e construir um outro jeito de organizar a sociedade, destruindo o capitalismo, deve levar em consideração que nossa classe é influenciada por todas as questões.
- **Precisamos dar muito peso ao debate sobre o custo de vida que assola as famílias. O preço dos alimentos, gás de cozinha, gasolina, da luz, da água, o desemprego, os despejos, e tudo que tem massacrado cotidianamente nossa classe, especialmente os setores mais pobres.**
- **E pela precariedade das condições de vida, tudo isso se agrava, a cada chuva, que destrói ocupações, gatos de postes de energia, alaga comunidades, etc.**
- **As pessoas estão muito revoltadas, insatisfeitas e desacreditadas nas instituições. E as condições de vida tão violentas e brutais (fome, desemprego, despejos, genocídio, encarceramento em massa...) reforçam a necessidade de mudar as coisas. Se não somos nós a apresentar um horizonte possível, uma alternativa radicalmente diferente das que a burguesia e os reformistas apresentam, nosso povo só vai ter o reformismo (volta a um passado que era menos pior) ou a extrema-direita (que apresenta uma falsa radicalidade contra “tudo que tá aí”) para se apoiar. Essa é a nossa tarefa!**
- Quando construímos esse debate nos nossos territórios, isso faz sentido para as pessoas. Mas nas mobilizações mais amplas pelo Fora Bolsonaro – dirigidas por aqueles que não querem mudar as coisas

radicalmente, mas depositar os desejos de mudança das pessoas nas eleições que em nada poderão mudar nossa vida – nem sempre.

- Precisamos construir e disputar na nossa classe um projeto alternativo, com independência de classe, e com a radicalidade que o momento exige.

#### **Encaminhamentos:**

- **Apoio à luta contra o despejo da Ocupação dos Queixadas em Cajamar/SP, marcada para dezembro, que pode colocar mais de 105 famílias na rua (movimento Luta Popular)** - Que todas as entidades da CSP Conlutas prestem – especialmente as entidades do Estado de São Paulo – todo apoio político à luta, e, quando possível, se somem nas ações diretas e nas mobilizações para reverter o despejo. Que gravem vídeos em solidariedade às famílias, para fortalecer o movimento em sua luta. Que submetam assinatura para o formulário exigindo a construção de uma alternativa habitacional para as famílias [bit.ly/QueixadasResiste](http://bit.ly/QueixadasResiste).
- **Apoio à luta contra o despejo da Ocupação São João em Três Lagoas/MS, que pode colocar 70 famílias na rua ainda esse ano (movimento Luta Popular)** - Que todas as entidades da CSP Conlutas prestem – especialmente as entidades do Estado de Mato Grosso do Sul – todo apoio político à luta, e, quando possível, se somem nas ações diretas e nas mobilizações para reverter o despejo. Que gravem vídeos em solidariedade às famílias, para fortalecer o movimento em sua luta.
- **Apoio aos riscos que a Ocupação do Banhado em São José dos Campos/SP vem sofrendo** – Que a CSP Conlutas possa prestar auxílio jurídico com a elaboração e utilização do plano popular de regularização fundiária do Banhado em defesa da luta pela moradia das famílias, bem como com o acompanhamento de processos coletivos e das lutas pelo direito a serviços públicos (cuja implementação está barrada por tratar-se de um núcleo “congelado” pela justiça. Além do apoio político das entidades – especialmente as de Estado de São Paulo – para os processos de luta da comunidade.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

A reunião foi precedida por um painel sobre a reforma nas Normas Reguladoras (NR) de Segurança no Trabalho. Os debatedores foram:

- **Marta de Freitas**, Engenheira do Trabalho, Coordenadora do Fórum Mineiro de Saúde e Segurança do Trabalho, ex-presidente da FUNDACENTRO;
- **Luiz Scienza**, Auditor Fiscal do trabalho e Presidente do Instituto Trabalho Digno.

Em resumo, os debatedores criticaram o processo de revisão das Normas Reguladoras (NRs) de Segurança e Saúde no Trabalho desenvolvido pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), concluída em outubro de 2021, que apresenta diversos retrocessos no que havia sido construído e significa mais precarização das condições de trabalho.

Nesta nova revisão foram publicadas as novas NR 5, NR 17, NR 19, NR 30 e anexos componentes das NR 9, NR 12 e NR 20. Além de novos textos para as NR nº 13, NR nº 33 e NR nº 36.

As regulamentações de Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil são elaboradas no sistema tripartite, que deveria ser um espaço de negociação equilibrado entre as representações de trabalhadores, empregadores e governo.

A CTPP é a comissão responsável por discutir, elaborar e revisar as NRs de Segurança e Saúde no Trabalho, reunindo representantes de governo, trabalhadores e empregadores.

Compõem a representação de governo na CTPP e em seus grupos técnicos servidores públicos de diversos órgãos que possuem autonomia técnica, conhecimento, formação acadêmica e experiência em Segurança e Saúde no Trabalho.

A representação de trabalhadores e de empregadores é feita por profissionais nacionalmente reconhecidos (Engenheiros de Segurança, Técnicos em Segurança do Trabalho, Médicos do Trabalho, Higienistas Ocupacionais, Ergonomistas, Advogados), selecionados e indicados pelas seis organizações mais representativas dos trabalhadores, ou seja, as centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CSB e CTB), e de empregadores, confederações empresariais (CNI, CNA, CNC, CNT, CNSaúde e CNTur).

Na verdade, o governo usa a participação dos trabalhadores na CTPP como forma de validar socialmente o processo e impõe suas vontades, ou melhor, dos patrões, e politiza temas técnicos.

Para os palestrantes, a reedição da NR nº1 passou a atribuir aos empregadores todo o processo de classificação e decisão para o controle dos riscos inerentes ao trabalho. Assim, as decisões dos empregadores estarão imunes à ação do Estado mesmo em condição de risco evidente à saúde das pessoas. A nova redação aboliu critérios técnicos ou quaisquer travas legais para definição de descritores e classificação dos riscos.

A verdadeira intenção dessas mudanças será disfarçar o mapeamento de risco ambiental nos locais de trabalho, dificultando ainda mais as perícias e os processos de aposentadoria, numa total desvalorização do trabalhador.

A “modernização” das NR é apenas outra etapa da Reforma Trabalhista.

Com a extinção do Ministério do Trabalho, não há como discutir saúde do trabalhador, pois um dos fundamentos da contrarreforma trabalhista foi retirar a pressão do Estado sobre o empresário. As representações de trabalhadores foram duramente atingidas por medidas antissindicaís.

As novas NR entram em vigor no próximo ano.

Os palestrantes alertaram para a necessidade dos movimentos sindicais se debruçarem sobre a tarefa de tomar para si a luta pela alteração dessa nova redação das NR, enquanto ainda não estão em vigência.

Seguindo esse painel houve um amplo debate entre os participantes que elaboraram os seguintes encaminhamentos:

1. Que a CSP-CONLUTAS discuta uma provável intervenção na Comissão Tripartite Paritária Permanente;
2. Reforçar a orientação às entidades de base que criem Diretorias, Grupos de Trabalho ou Comissões sobre Saúde e Segurança no Trabalho;
3. Que na próxima reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS seja organizado um painel sobre os ataques à Saúde e Segurança dos trabalhadores, frente à nova revisão das NR, com os convidados Luis Scienza e Marta de Freitas;
4. Participar da Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores;
5. Abrir o debate nas instâncias da Central sobre trabalho *home office*.

### **Negras e Negros**

Resoluções do setorial negras e negros da CSP Conlutas Nacional - 25/10/2021 - Plataforma ZOOM Entidades Presentes: Sind. Justiça-AM, SIMA- Araripina (PE), Sind. Rodoviários (CE), Opos. Construção Civil- CE, Oposição de Correios –SP, Sind. Construção Civil – PA, SIND. Professores RN – aposentados, SEPE-RJ –Regional IV, SIND. Enfermeiras (os) Betim/MG, Simpere-PE - minoria, SINDPEOESPE-SP – Guarulhos, SMTSI-PE, CAS-PE, SINDSEF-SP, SIND. Metroviários-minoria da direção, SINDSERV-PE, ANDES- seção de base do Andes–Minoria da Direção PI, SINDSPREV-RJ oposição RJ e MG, Quilombo raça e classe / Nacional: RN, PE, CE, RJ, SP, MG, AMAPA e PI.

### **Breves aspectos da Conjuntura e as Questões raciais no Setorial Negras e Negros:**

No ano passado, estávamos comemorando a derrota das Eleições de TRUMP–USA e as massas negras norte americana nas ruas pelo assassinato de Georg Floyd e a condenação dos seus assassinos e aqui no Brasil o trabalhador negro Beto no Hipermercado Carrefour de Porto Alegre – RS, e abriu uma situação revolucionária na conjuntura com crise econômica, recessão e pandemia mundial.

Os negros e negras norte- americano nas ruas contra o Racismo e as mortes pela Pandemia o governo Biden e Camalla não conseguiram responder as manifestações em mais de 80 países no mundo até a condenação dos policiais que mataram Floyd, e deu gás nas mobilizações no Brasil, que combinou com a chacina do jacarezinho em Março/2021 este fato culminou na massificação das passeatas do Fora Bolsonaro que ocorreram mais 05 manifestações nacionais de lutas e a reação de 7 de setembro pelo golpe de Bolsonaro ainda mais isolou e continuou a luta contra as reformas e as privatizações.

Os contaminados por Covid-19, e hoje vimos o resultado da CPI mais 14 crimes contra o Governo Bolsonaro e 80 pessoas arroladas e 02 empresas e mais de 600 mil mortos e 130 milhões de jovens órfãos de pai e mãe, que o Governo federal e seus deputados familiares tentam zombar do resultado da CPI, e o mais grave é o crime de lesa-humanidade e que deve ter um desfecho se formos para as ruas organizar uma greve geral.

Com 75 milhões de pessoas com insegurança alimentar e 20 milhões com fome extrema e gravíssima, cenas que pessoas comprando ossos, e pegando comida no caminhão do Lixo, essas cenas comoveu toda a sociedade brasileira, e o fim da bolsa família que não solucionava a vida de 50 milhões de famintos no país.

Na época do governo LULA em 2003- 2010 e Dilma 2010-2016 intensificou o genocídio pela violência policial nos anos (2006- lei Antidrogas) e (2015 - Antiterrorismo do Governo Dilma), que elevou os homicídios e o encarceramento nas batidas policiais, em que morrerão centenas de jovens negros e negras nas periferias e favelas. E hoje aumento a letalidade da Polícia, a cada 12 horas morre um jovem negro de 9 a 14 anos na pesquisa da Unicef esta semana, diz que 44% desses homicídios por batida policial poderiam ser evitados.

### **Resoluções e Moção:**

- a) Todo apoio ao dia Nacional de Luta contra a PEC 32 – Dia Nacional de Mobilização que foi orientado pelas entidades nacionais dos servidores públicos - dia 28 de outubro 2021. Retirada imediata da PEC32!
- b) Que o QRC e as entidades filiadas a CSP CONLUTAS organizem a Marcha de 20 Novembro 2021 e as atividades que terão no Novembro negro como 25/11 organizado pelo MML contra violência as mulheres negras: tema este ano aprovamos no setorial NN para a Marcha da Periferia será “**Aquilombar as lutas com**

**raça e classe pela Vida, por direitos, emprego, comida, saúde e Educação – Greve Geral, Já! Ditadura Nunca Mais e contra a Escravidão moderno no Trabalho– Fora Bolsonaro e Mourão!”**

- c) Em alguns estados vão ocorrer o 20 de Novembro que foi priorizada pelo Fórum Nacional da Campanha Fora Bolsonaro, e que há política por parte da Convergência Negra e a Coalização negra de unificação em alguns estados e há aonde puder lutaremos para que unifiquem os atos e manifestações de combate ao racismo.
- d) O setorial de Negros e Negras tem acordo em unificar com o Movimento negro no sentido da luta direta contra o capitalismo, pelo fim do racismo e pelo fora Bolsonaro e Mourão, e rechaçamos o direcionamento do dia Nacional da consciência Negra ser instrumentalizado para fazer campanha eleitoral (Lula, 2022) pelos fóruns das marchas da periferia.

**Importante: O tema do racismo no metrô e as respectivas moções propostas serão submetidas ao debate na SEN, envolvendo principalmente o QRC e o Sind Metroviários de SP.**

**Aposentados/as**

Pauta: Análise da conjuntura e propostas - Coordenação e relatoria: Gesa Corrêa

**PEC 23 a do calote - Câmara aprova calote no pagamento dos precatórios e atinge diretamente aposentados e os mais precarizados/as.**

O Ano de 2021 que está terminando. Foi um ano de muito sacrifício para nós aposentadas, aposentados e pensionistas, com a maior crise sanitária que a humanidade já presenciou. Continuou tirando milhares de vidas e a comunidade idosa foi a mais prejudicada, mantendo um índice alarmante das vidas perdidas para covid 19.

A linha da extrema direita que respalda o governo genocida de Bolsonaro segue passando a boiada e retirando direitos conquistados da classe trabalhadora.

A comissão especial da Câmara aprovou na noite do dia 21 de outubro a proposta de emenda à Constituição que altera o pagamento de precatórios, muda o cálculo de reajuste do teto de gastos e permite contornar a regra de ouro por meio da lei orçamentária, que vai também incluir operação fraudulenta (securitização) e manter o pagamento da dívida pública ilegal mecanismos fraudulentos que têm sido denunciados pela ACD. A alteração na PEC tem a justificativa de garantir os recursos necessários para o pagamento do Auxílio Brasil, programa social anunciado ontem pelo governo federal deve substituir o Bolsa Família. Na verdade, tal PEC do calote deixará cerca de 18 milhões de pessoas sem qualquer fonte de renda com o fim do auxílio-emergencial, cuja última parcela acabou de ser depositada, e só irá incluir cerca de 17 milhões de famílias com a miserável quantia de R\$ 400 para no ano que vem substituindo o Bolsa Família que paga hoje uma média de R\$ 191 para 14 milhões. A fome explodiu e miséria se ampliou sobre a grande maioria da população periférica e da população de rua.

A grande maioria das ações dos precatórios são revisão das aposentadorias, correção dos valores dos salários dentre outros direitos de dívidas que foram julgadas contra a União. Dos R\$ 56,4 bilhões de precatórios que o governo deveria pagar em 2021, R\$ 35,5 bilhões são dívidas com aposentadorias, servidores e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Assim como o governo do estado do Rio de Janeiro com a ação ganha “Nova Escola” e verba judicializada para pagamento dos aposentados e muitos já faleceram, o governo federal se apropria do que nos deve para fazer propaganda eleitoral com a implementação dessa política excludente.

Não é a primeira vez que a população é expropriada de suas economias, com desculpas da inflação. Fernando Collor de Melo praticou um confisco das cadernetas de poupança em 1990, anunciando que os valores depositados nos bancos acima de 50 mil cruzados seriam retidos, medida justificada para estancar a alta dos preços. Se é verdade que a camada mais pobre não conseguia ter caderneta de poupança, também é verdade que o resultado dessa medida acabou se refletindo na vida da população, em especial, a camada mais pauperizada. Existia uma elevada monetização da dívida pública e muito dinheiro circulando no mercado. Foi quando o governo decidiu tirar de circulação 80% de todos os recursos do mercado e aconteceu o que ficou conhecido como confisco. Além desse sequestro, o governo também congelou preços e salários. E os preços de serviços como energia foram aumentados, a atividade econômica reduziu drasticamente e, para pagar a dívida pública, o governo emitiu mais moeda

A política de Guedes segue priorizando o pagamento da dívida pública e aumentar os lucros dos banqueiros e dele próprio como foi divulgado nas suas aplicações no paraíso fiscal que comprovou a parte de sua fortuna escondida em offshore crescer R\$ 14 milhões, já que o dólar continua subindo e sua aplicação é nessa moeda americana.

O governo cita como fonte para o Auxílio Fiscal a revisão na correção do teto dos gastos. Pela regra aprovada em 2017, essa correção deveria ocorrer nos 12 meses acumulados até junho. Pela nova regra, essa correção passa a ser realizada de janeiro a dezembro. Como a inflação subiu no telhado, ultrapassando os dois dígitos, a

tal correção seria maior neste ano. Essa disparada da inflação no último período é o que abre esse “espaço fiscal”.

Importante registrarmos que esse teto é garantido através de um brutal arrocho que atinge todos os setores públicos e citamos, por exemplo, o corte de 90% da Ciência e Tecnologia e o programa agressivo das privatizações. O governo espera liberar cerca de R\$ 90 bilhões, o que cobriria o Auxílio Brasil (R\$ 37 bilhões do atual Bolsa Família mais R\$ 50 bilhões das parcelas temporárias até 2022), programa que acaba no final de 2022. O Brasil registra quase 20 milhões em situação de fome, e mais de 100 milhões em situação caracterizada como insegurança alimentar. Tem sido recorrente a imprensa noticiar a população pobre em filas de ossos e até mesmo disputando o caminhão de lixo, em busca do que como amenizar a fome de cada dia.

As negociações para aprovar o conjunto das contrarreformas vendendo nosso país tem sido mantida com a compra de votos no Congresso Nacional com o dito orçamento secreto do governo Bolsonaro em torno de R\$ 16,9 bilhões, sem falar da quantia de mais R\$ 315 bilhões para atender às grandes empresas com desonerações fiscais, prejudicando ao/as aposentados/as, pois significa reduzir a contribuição patronal previdenciária, enfraquecendo ainda mais no caráter solidário da previdência social. A desculpa é a mesma- aumentar número de empregos e sabemos que isso é um mito. O número crescente da informalidade no trabalho não é uma opção da classe, mas do capital rentista. Basta ver o que aconteceu no Chile onde Guedes ajudou na elaboração dessa política criminosa, levando um número significativo de aposentadas/os ao suicídio.

É preciso taxar as grandes fortunas, acabar com a política de desoneração fiscal, revogar a autonomia do Banco central e da Bolsa Banqueiro e mudar essa política econômica rentista, exigir a auditoria da dívida pública com participação popular, que precisa continuar em nossa pauta de luta como um dos pontos principais, além da reestatização o que foi privatizado. Essa semana o combustível subiu mais uma vez e seu efeito chega diretamente nos alimentos, nos transportes, nos elementos básicos da população que já voltou à era do fogão à lenha.

### **A política genocida de Bolsonaro também se expressa no plano de saúde da Prevent Sênior- as cobaias humanas dos ‘kits covid’, levando à morte vários pacientes**

Médicos e o pacientes chamados para depor na CPI da Covid desvelaram detalhes sobre as ações da operadora privadas durante a pandemia. “Sou testemunha viva da política criminosa dessa corporação e seus dirigentes”, disse Andrade aos senadores. “O usuário do plano contou que foi orientado a usar o kit Covid com cloroquina nos primeiros dias de sintomas mesmo sem teste que comprovasse a infecção pelo Coronavírus, um protocolo defendido pelo presidente Jair Bolsonaro. Achou estranho o fato de os remédios terem sido entregues gratuitamente em sua casa, mas não tinha opinião formada sobre a cloroquina e os tomou. Ao final dos cinco dias, piorou e precisou buscar o pronto-socorro. Foi então hospitalizado e intubado. Ficou grave a ponto de precisar ser submetido à traqueostomia e a várias sessões de hemodiálise”. (Matéria divulgada)

Esse é apenas um dos relatos impressionantes da política deliberada e genocida do governo Bolsonaro e seus aliados.

Outros estudos já estão divulgando notícias do que está sendo relacionados aos “órfãos da Covid” - as vítimas invisíveis da pandemia devido à falta de dados concretos sobre quantas crianças estão nesta condição em nosso país. No Brasil, a ferramenta do Imperial College aponta que 168.500 crianças e adolescentes perderam pai ou mãe na pandemia até 12 de outubro. O número sobe para 194.200 se forem considerados os avós que tinham a guarda da criança. Outro dado disponível, da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), aponta que 12.211 crianças de até seis anos de idade ficaram órfãs desde março de 2020 até 24 de setembro deste ano. São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Ceará e Paraná são os Estados que lideram a lista de pais e mães que morreram de covid-19 no período, segundo as informações disponibilizadas por cartórios.

Não devemos atribuir tais fatos a uma incompetência do governo Bolsonaro. Foi devidamente planejado a política de desmonte do país e citamos: na Funai, no Ibama, nos conselhos sociais, nos canais de participação da sociedade, nos programas de combate à fome, na diplomacia, na educação, na economia, na cultura, na ciência, pesquisas e tantos outros setores. Utilizando as fake news, política suicida da mentira, mostrando que o avanço do número de mortes só ficou atrás dos EUA. Mas os ricos, os banqueiros e os corruptos lucraram como nunca num período da maior pandemia mundial. A destruição das nossas matas, rios, biomas e os ataques aos povos indígenas atingiram grau máximo e não podemos achar que foi incompetência, mas política deliberada e planejada com aumento da dívida pública e proteção aos donos de contas em paraíso fiscais, incluindo inclusive quem elabora e encaminha a política econômica em nosso país.

### **A reação da população**

Mas a classe não está derrotada e tem lutado, apesar das dificuldades na organização do calendário unificado das lutas, uma vez que setores cutistas seguem apostando suas fichas nas eleições de 2022, fato que avaliamos

ter contribuído para a menor participação no último ato, se contrapondo aos cinco grandes atos pelo FORA BOLSONARO.

Porém apesar destas grandes mobilizações, elas ainda foram insuficientes para derrotar o governo Bolsonaro que conseguiu ainda uma adesão significativa nas manifestações dos seus apoiadores fascistas de 7 setembro, com aproximadamente 1 milhão nas Ruas.

Devemos ressaltar as mobilizações dos povos indígenas em Brasília na luta contra o Marco temporal e a Marcha das mulheres indígenas. Também merece destaque a jornada de vigília em Brasília contra a PEC 32 bem como nos estados, além das pautas específicas das categorias em luta.

Contrariando a campanha genocida de Bolsonaro, a população respondeu à Campanha de Vacinação e nesse sentido o papel do SUS foi fundamental para diminuir o número de mortes, salvando vidas. Dentre a população idosa, o Observatório Covid-19 apontou que de cada 10 mortos pelo vírus, quase sete estavam no grupo dos mais idosos/as (dados de agosto 2021). A pandemia não acabou. Moscou voltou a impor quarentena total diante da 4ª onda e o reino Unido registra novos casos como outros países. Portanto, mesmo com a dose de reforço, não devemos abrir mão dos cuidados necessários como uso das máscaras, as medidas de higiene e evitar as aglomerações.

- ✓ Envolver cada vez mais aposentadas/os no calendário nacional de lutas pelo Fora Bolsonaro, contra os ataques do governo Federal e seus aliados nos estados e municípios;
- ✓ Verificar quem ainda não fez a aplicação completa da vacina e orientar para que o faça, pois essa é uma obrigação coletiva;
- ✓ Reapresentamos a proposta de acompanhamento dos Fundos Previdenciários, Próprios e do INSS, orientando as entidades que façam esse acompanhamento e onde estiver negativo que busque aprovar uma CPI;
- ✓ Continuar a luta pelo pagamento do 14º salário de aposentados/as e pensionistas do INSS;
- ✓ Lutar para aprovar auditoria da dívida dos estados;
- ✓ Lutar para que o processo da Revisão da Vida Toda, que se encontra empatado no STF aguardando voto do Alexandre de Moraes, seja favorável aos/às aposentados/as.
- ✓ Somos a favor do auxílio emergencial de 600,00 reais, mas contra que seja feita com a PEC dos precatórios;
- ✓ Denunciar a proposta do governo de reajuste do salário-Mínimo abaixo da inflação;
- ✓ Continuar a campanha em defesa do SUS;
- ✓ Solicitar o retorno do atendimento presencial aos aposentados/as e idosos/as nos postos do INSS, garantindo-se condições sanitárias e concurso público para suprir a falta de servidores/as;
- ✓ Buscar informações sobre os direitos da pessoa idosa que não são cumpridos nos estados e municípios.

### **Petroleiros**

Realizou-se, em 27/10/2021, a Setorial Petróleo da CSP-CONLUTAS, com a presença de 43 companheiros (as), com um ponto de conjuntura e mobilizações, bem como a indicação dos representantes para a RCN.

Em primeiro lugar, reforçamos os eixos da própria convocatória da reunião: A Setorial Nacional de Petroleiros da CSP-CONLUTAS é uma ferramenta para forjarmos uma nova direção para o movimento sindical petroleiro, orientado à independência diante de governos e patrões, sem conciliação de classes, internacionalista e que tem como norte:

- A defesa da soberania energética!
- A nacionalização das reservas de petróleo e gás!
- O retorno do monopólio da União sobre as reservas e anulação dos leilões!
- Expropriar os grandes acionistas, fundos de especulação na bolsa, nacionais e estrangeiros, sem indenização.
- Por uma Petrobrás 100% estatal sob controle dos trabalhadores - a serviço do abastecimento nacional. Para a atuação dos petroleiros e petroleiros da CSP-CONLUTAS na atual conjuntura, nos pautaremos, centralmente, em organizar a luta contra a privatização, pela diminuição dos preços dos combustíveis, em defesa da Petros, AMS, pelos direitos conquistados no ACT e por condições de saúde e segurança. Fundamental também unificar a defesa dos trabalhadores da indústria privada e das empresas terceirizadas, que, aliás, têm protagonizado mobilizações no último período, a exemplo da Método, Allcontrol e PAS-Brasil.

Avaliamos ser prioritária nossa atuação junto à categoria e às direções dos sindicatos e da federação para pôr em andamento as iniciativas discutidas na plenária da FNP, cujo relatório os convidamos a visitar:

<http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/6793/plenaria-nacional-da-fnp-reafirma-luta-contra-a-privatizaaao-de-bolsonaro>

Na setorial também foram apresentadas as propostas dos companheiros do Coletivo Petroleiros Socialistas, grupo que faz parte dos Petroleiros da CSP-CONLUTAS, que também convidamos a conhecer em <https://bit.ly/tese2021petsoc>.

O eixo orientador de nossa intervenção, no marco da campanha Fora Bolsonaro e contra a Privatização, deve ser unificar a categoria através do chamado à realização de uma greve nacional organizada pelas duas federações, como consta das resoluções aprovadas e descritas no link acima referido, entre outras.

Ao final, gravamos uma vídeo-mensagem em apoio aos companheiros em greve da Método de Urucu. (Após a reunião, recebemos a boa notícia da vitória do pleito dos companheiros)

### **Operárix**

No dia 27 de outubro de 2021 as 19 horas, foi realizado a reunião “virtual” do Setorial Operárix da CSP-Conlutas, com a proposta de pauta:

#### **1º Ponto: Atualização da Conjuntura:**

O companheiro Aldiério da FSDTM/MG citou os números da pandemia da Covid-19, os quais já passamos a cada de 607 mil de mortos no Brasil e seu contágio continua, o risco de colapso do sistema de saúde continua, devido a política genocida do Bolsonaro, governadores e prefeitos, que continuam falando mal da vacina, como a última declaração para redes sociais de Bolsonaro que relacionou a vacina com a Síndrome da Imune Deficiência. O mesmo ainda falou que até água mata, mas arma salva, defendendo o armamento da população que tem condições de comprar armas. Afinal foi falando também sobre o aumento absurdo dos produtos da cesta básica, de 11,29% (em BH) a 39% da gasolina, 43% da carne e 47% do botijão de gás de cozinha.

Aberta as falas:

Os presentes falaram sobre a questão das vacinações que mesmo lentamente está estabilizando a pandemia, mas que ainda está muito aquém do que é realmente necessário. Citou a política da CSP-Conlutas de defender a vacina e as orientação de segurança da OMS. E que na CPI da Covid ficou claramente demonstrado como a política Genocida do Bolsonaro foi contra estas ações. Falou da necessidade de a CSP-Conlutas tratar o problema imediato da Carestia para a classe trabalhadora. Ex. Um kg de pé de galinha a R\$ 7 reais, os trabalhadores não estão comendo mais carne todos os dias e muitos ficam meses sem comer. E da vitória na Campanha Salarial do STM de SJC/SP na questão da cláusula da Licença Remunerada para as mulheres nos casos da violência doméstica. Dos acordos fechando com a Inflação sem parcelamento e manutenção dos direitos e sobre a Greve dos trabalhadores da Graúna por reajuste e direitos. Sobre o arrojo salarial devido cerca de 60% das Campanhas Salariais ter fechado a baixo da INFLAÇÃO mentirosa do governo, por conta da carestia. As várias greves que estão acontecendo nos EUA devido a este arrojo nos salários e a indignação dos trabalhadores por estarem trabalhando até a exaustão sem ver o patrão dividir o lucro. Da situação que até as cidades ricas do Brasil, com São José dos Campos/SP, vem passando devido ao aumento do número de pessoas que estão morando nas ruas, pedindo dinheiro para sobreviver. Da denuncia de envio de dinheiro do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para paraísos fiscais, as Rachadinhas da família do Bolsonaro e como vamos fazer para levar os trabalhadores da ativa para as ruas, rumo a uma greve geral. Da situação dos trabalhadores do RJ que não é diferente, da burocracia sindical que trai as lutas e da CPI da Covid que está caminhando para acabar em pizza. Da questão do desemprego que só aumento, das direções sindicais que não estão fazendo nem lutas econômicas nas Campanhas Salariais e que por isso a importância de fazermos propagando de uma saída revolucionária socialista para os trabalhadores.

#### **2º Ponto: Campanhas Salariais:**

FSDTM/MG - Campanha Salarial em curso: a FIEMG/BH está intransigente em parcelar em 2 vezes os 10,78% da Inflação e retirar direitos, e tem vários sindicatos que negociam em separado, que estão na mesma situação. Que a negociação com a Gerdau em Barão de Cocais continua, pois, a empresa, que este ano, foi considerada a melhor do Brasil pela revista Época Negócios 360º por ter tido o maior lucro da sua vida de 120 anos ainda é abaixo da inflação com abono. Mas que em SJDR/MG muitos acordos foram fechados com a inflação ou um pouco acima, sem parcelamento, com melhorias em benefícios e manutenção dos direitos.

STM de SJC/SP - Tem empresa que está a 7 meses sem repassar o Vale Refeição, que propõe um reajuste de 6,5% onde os trabalhadores entraram em greve por reajuste e direitos. Citando a vitória do Sindicato sobre a aprovação da Cláusula da Licença Remunerada para as mulheres nos casos da violência doméstica que os sindicatos da CSP-Conlutas nas próximas campanhas salariais tinham que pegar esta vitória como exemplo. Também falou sobre a política do governo federal em mexer nas NR's, e que por isso os sindicatos têm que acompanhar para não deixar isso acontecer. A luta na GM de SJC/SP devido a empresa ter anunciado o Lay-off

para cerca de 1.200 trabalhadores devido à falta de semicondutores que são matéria prima para os chips nos carros; do acordo que tem com a GM por 3 anos que garante a reposição da Inflação e que tem uma cláusula que garante absorvente nos banheiros femininos. Além de informar a quantidade de paralizações e greves que tiveram para garantir fechamento de acordos coletivos com a inflação e manutenção de direitos.

### **3º Ponto: Campanha contra a criminalização dos lutadores:**

Devido ao crescente número de ataques a trabalhadores que tem estabilidade e denunciam as péssimas condições de trabalho como Cipeiros e Servidores fizemos um bom debate sobre esta situação dos casos do companheiro Hilton do Sind. Trab. Metal. de Pirapora/MG, Cipeiro demitido Sem Justa Causa, só porque denunciou casos de Assédio Moral dentro da empresa metalúrgica Liasa, onde a mesma tentou comprar seu período de estabilidade. Mas que devido a luta do sindicato e ação do MPT de Montes Claros, foi reintegrado com todos os seus direitos. Esta estabilidade de Cipeiro não é do trabalhador eleito, mas sim, uma vitória da classe trabalhadora que não pode estar à venda. Como é o caso também de dirigentes sindicais.

Foi falado também sobre o caso da demissão da companheira, Professora Cris Banhol, demitida por cobrar EPI's para os profissionais da saúde, pelo prefeito de Jaú/SP, e do companheiro Metroviário Cipeiro, Alex Fernandes, vice-presidente da Linha 3 – vermelha, que ao denunciar a estratégia “Embarque com Gentileza” foi suspenso por 2 dias. E do companheiro Cipeiro Bruno da Rosa, garis do Rio de Janeiro, demitido por participar das lutas contra o congelamento dos salários dos trabalhadores da Comlurb e por manutenção dos direitos.

OBS. Seguem moções anexas.

Esta campanha em defesa dos lutadores e contra estas punições tem que ser permanente.

### **4º Ponto: Seminários:**

No último seminário de unificação das lutas em curso e Campanhas Salariais, ao seu final foi falado como proposta de realizarmos seminários sobre:

Indústria 4.0 a 4ª revolução industrial que estamos passando;

Desindustrialização do Brasil que está levando o país a produzir apenas matérias primas com baixo valor agregado para comprar produtos com altos valores agregados trazendo um prejuízo, de todas as formas, para o povo brasileiro;

E o avanço do Teletrabalho, que vem afetando diretamente a vida da nossa classe trabalhadora.

Foi aprovado como proposta que até a reunião da coordenação elaborássemos uma proposta de data para iniciarmos a realização destes seminários para o mês de fevereiro de 2022.

Sem mais para o momento, finalizamos a nossa reunião convocando todos (as) trabalhadores (as) para participarem da RCN da CSP-Conlutas.

### **Correios**

#### **Considerando que:**

1. O governo Bolsonaro segue atacando os serviços públicos e os servidores com a PEC 32 e a retirada de direitos, mesmo diante da crise social, sanitária, política e econômica, onde parcela significativa da classe trabalhadora vivencia o drama do desemprego, a carestia generalizada e a crescente insegurança alimentar;
2. A política de desestatização do governo Bolsonaro segue avançando na escalada de privatização das empresas públicas e estatais, neste momento tendo como alvo prioritário a entrega da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

#### **O Setorial Nacional de Correios resolve:**

1. Nos marcos da unidade de ação, seguir pressionado e exigindo das direções das Centrais Sindicais e das direções majoritárias das Federações (FENTECT e Findect) para que aprovem e construam um concreto calendário nacional de lutas unificadas, e contra a Privatização dos Correios, não somente com atividades internas de visitas aos gabinetes de senadores, mas;
  - a. Organizando e realizando passeatas, distribuição de Carta-aberta à População e outras ações nas ruas e nos setores de trabalho, para fortalecimento das campanhas salariais, à exemplo dos garis do Rio de Janeiro e servidores municipais de São Paulo;
  - b. Organizando e realizando assembleias presenciais (cercadas de todos os cuidados sanitários), precedidas de reuniões de delegados sindicais, ativistas e cipeiros para debate e construção de atividades de mobilização (incluindo paralisações) a partir da primeira semana de novembro e durante todo o mês, como medidas de enfrentamento diante das ofensivas da direção da ECT, TST e Senado Federal;

2. Se colocar na linha de frente por uma política de mobilização defendendo que seja aprovado o **Dia 09/11, como dia paralisação nacional**, em caráter de advertência.

**#Não à Venda dos Correios!**

**#Correios Público é Para Todos!**

**#Fora Bolsonaro e Mourão!**

## **Serviço Público Federal**

### **1. INFORMES**

Foram dados os informes dos atos, da situação dos estados, mobilizações da PEC-32, projetos de ajustes dos governos estaduais, municipais e outras lutas, incluindo a campanha de Correios contra a privatização e o Fora Bolsonaro. Os seguintes informes foram enviados por escrito para compor o relatório:

#### **1.1. Informes nacionais**

O processo de luta contra a reforma administrativa intensificou-se desde 2020, quando da entrada da proposta do governo apresentada por Guedes ao Congresso. Mas foi a partir de meados de 2021, quando a PEC foi aprovada na CCJ e começou a tramitar na Comissão Especial que foi ampliada a luta, com a unificação das Centrais. Foram realizadas diversas atividades de mobilização, dias de luta, encontros, materiais, atividades virtuais etc.

A PEC sofreu alterações na Comissão Especial e foi aprovada há quase 2 meses. Desde sua aprovação, iniciou um processo de vigília e atos permanentes em Brasília, como forma de mobilização, pressão parlamentar e organização das lutas. Neste processo de lutas, foi definido o dia 28/10 como dia nacional de lutas, com atos em vários estados.

Até o presente momento, as mobilizações têm surtido efeito e o governo não conseguiu pautar no Congresso a PEC. São necessários 308 votos em dois turnos na Câmara (2/3 dos deputados) e a mesma fração no Senado, também em dois turnos. Atualmente a expectativa é que o governo tenha cerca de 250 votos, com muita dificuldade de manter esse quantitativo devido à pressão do movimento e a crise política.

O projeto se torna cada vez mais impopular, já que destrói os serviços públicos, sobretudo no que tange às políticas sociais como obrigação do Estado. Nesse sentido, a cada semana que a PEC não é votada é uma vitória do movimento já que a proximidade do ano eleitoral dificulta a aprovação pela conta eleitoral.

No entanto, nada impede que a PEC seja colocada em votação, a qualquer momento, tanto esse ano quanto o ano que vem. Por este motivo, é essencial mantermos a mobilização, ampliar as lutas, o trabalho de base e o combate à reforma administrativa. Concomitantemente, é essencial unificar com a luta contra os ataques dos governos dos estados e municipais que têm reproduzido reformas e outros ataques aos servidores e aos serviços públicos. Por fim, é importante ressaltar sempre que não se trata de uma luta corporativa já que, além de retirar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras das três esferas e das estatais, atinge o conjunto da população pelo fim dos serviços públicos.

#### **1.2. Professores estaduais SP**

Ontem, em reunião de Diretoria Estadual, Bebel (PT/Articulação Sindical) propôs Greve dos professores estaduais para ser deliberada na assembleia estadual 12/11, depois da inatividade desmobilização na Luta Contra o PLC26, já que não convocou greve, passeatas ou paralisação nem no dia do Servidor público 28/10 que apenas chamou ato.

#### **1.3. Municipais de SP**

Sindsep, Sinpeem, Sedin, Aprofem, Anis estão em greve geral das categorias, greve continua. Assembleia Unificada 4/11, quinta às 14h, na Câmara municipal de São Paulo com 2a. votação do Sampaprev 2 no Plenário. Haverá vigília terça 2/11 (finados) na Câmara municipal à noite com velas. Atividade cultural à tarde (quarta 3/11) com retomada do acampamento em frente à Câmara Municipal de São Paulo e com solicitação de pedido de som.

#### **1.4. Informe RJ**

O funcionalismo do RJ tem fórum unificado que realiza atos de rua desde 2020. Em 18/08 fizemos grande ato no centro, apesar do boicote, mas o dia 28 teve grande prejuízo devido à forte chuva. A campanha está segue para além dos atos, com muita panfletagem.

#### **1.5. Informe do ato de SP**

O ato em SP foi bem expressivo, com concentração na Praça da República. Tiveram caravanas enviadas do interior e do litoral e marchamos em direção à Câmara de Vereadores com cerca 2 a 3 mil pessoas, encontrando com os municipais de SP que estão greve, ampliando e unificando o ato.

#### **1.6. Informe do Andes/SN**

Estamos em permanente luta contra PEC 32 em Brasília e nos estados, com idas aos aeroportos e panfletagem nas ruas. Nessa semana, estivemos com mais de 10 diretores em Brasília atuando na abordagem junto aos parlamentares nos aeroportos e Anexo II da Câmara dos Deputados. Estivemos também no ato contra os cortes de Bolsas CAPES/CNPq, lançamos a logo da Campanha de recomposição orçamentária "Em defesa da Educação Pública: essa é a nossa escolha para o Brasil", estamos em redes denunciando a divisão dos IFs, Cefets e Universidades Federais como mais um dos mecanismos de controle e consolidação do projeto mercadológico da educação pública.

### **1.7. Universidades e Institutos Federais**

Um novo ataque do governo/congresso contra a autonomia das universidades é o processo de "criação" de novas universidades e institutos por fracionamento das já existentes, sem criação de nenhuma vaga nova para estudantes e servidores. Essa ação, além de eleitoreira, visa nomear reitores alinhados com o governo nas instituições que serão criadas, ampliando os ataques. Começam a surgir mobilizações contra esses ataques, que precisam ampliar e unificar com outras lutas, como a contra a PEC32.

### **1.8. Informe do RN**

No dia 27 iniciou uma greve da saúde estadual, com um ato público em frente ao Hospital Walfredo Gurgel, o maior hospital do estado. Por enquanto a greve concentra-se em Natal. A greve é por reposição do plano de cargos, são 11 anos sem reajuste e/ou reposição e na Reforma da Previdência ocorreu uma redução nos salários, principalmente aos aposentados e pensionistas, cujo desconto já é a partir de R\$ 3.500,00. É também contra o fechamento de serviços, convocação dos concursados, pois o governo vem fazendo contratos temporários, mesmo tendo o concurso válido. O governo aqui é PT e PC do B como vice e é candidato à reeleição. No dia 28 teve um ato na governadoria, onde se concentra a sede do governo estadual e secretarias. No horário da tarde fomos recebidos pela governadora, foi apresentada uma proposta. Em função do feriadão, a assembleia será na quarta-feira, dia 3.

Sobre a luta contra a reforma administrativa, estamos indo ao aeroporto de Natal às segundas-feiras em unidade com a frente potiguar em defesa do serviço público. A CSP-Conlutas estadual fez adesivos para carro e painéis para afixar nos viadutos e algumas avenidas. Além de atividades como debates, live e spot de carro de som.

## **2. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS**

### **2.1. Atividades em Brasília**

- Continuar as mobilizações em Brasília, com organização para garantir a vigília e os atos até o final do ano
- Enviar representações das entidades das cidades mais distantes e ônibus do entorno de Brasília, Goiás e MG
- Seguir com arrecadação de recursos para o Fundo de Caixa da Central no sentido de garantir ajuda para envio de caravanas e de representações em Brasília e também o financiamento de nossa parte no trabalho de Comunicação da Operativa do Fórum das Centrais contra a PEC-32
- Discutir nas diretorias que liberem recursos para movimentação. As contribuições devem ser enviadas para a conta da CSP-CONLUTAS no Banco do Brasil S/A Ag. 3520-3 conta/corrente 26.261-7 CNPJ 07.887.926/0013-23 – Chave PIX: financeiro@cspconlutas.org.br

### **2.2. Atividades nas cidades e estados**

#### *Pressões parlamentares*

- Ações nos aeroportos denunciando os deputados que votam pela PEC
- Panfletagens denunciando os deputados que votam pela PEC
- Ações nas redes sociais de denúncia dos deputados
- Fazer outdoors, busdoors etc

#### *Ações nas bases e com a sociedade*

- Construir atividades junto aos Fóruns e Frentes estaduais ou municipais
- Panfletagens nos locais de trabalho e em pontos de concentração como terminais, prefeituras, fóruns, escolas etc
- Ações nas redes sociais, tuitaços etc
- Orienta realização de assembleias, reuniões, debates etc

### **2.3. Greve**

*Construção de uma greve do funcionalismo das três esferas, rumo à greve geral da classe trabalhadora, e a construção de um Ocupa Brasília de forma articulada com a Campanha Fora Bolsonaro.*

A avaliação do setorial é a necessidade de construção de uma greve geral. No entanto, existe um movimento das burocracias de barrar esse processo de luta e organização, olhando para as eleições de 2022. Isto implica, inclusive, na luta contra a reforma administrativa que, apesar de boas mobilizações, tem sido aquém do potencial.

Pela CSP-Conlutas, temos sempre apontado a necessidade de construir um processo de greve para barrar de vez a PEC e outros ataques. É essencial que disputemos nas bases uma greve geral dos serviços públicos das três esferas, bem como a greve por tempo indeterminado caso a PEC entre em votação.

#### **2.4. Fora Bolsonaro e Mourão**

A luta contra a reforma administrativa deve andar junto com a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão. Existe uma dificuldade muito grande de colocar a luta contra a PEC nas pautas gerais do movimento. Apesar disso, nossa leitura é de que essa PEC é um dos projetos essenciais do governo e do imperialismo, que dependem disso para dar continuidade ao desmonte do Estado, especialmente neste cenário de forte crise econômica.

Além disso, há um acordo entre Lira e Bolsonaro de segurar o processo de impeachment e tocar as pautas de retirada de direitos, as privatizações e PECs como da reforma administrativa e dos precatórios, entre outras.

Por este motivo, derrotar a reforma administrativa e derrotar o governo Bolsonaro e Mourão é uma via de mão dupla.

#### **2.5. Mês da consciência negra, 20 de Novembro**

*Construção de um forte dia 20 de novembro, junto com a campanha Fora Bolsonaro e Mourão*

Novembro é o mês da consciência negra e nossa Central sempre atuou com peso nessa luta. Este ato, entretanto, com o desmonte do dia 15 de novembro pelo Fora Bolsonaro, o dia 20 de novembro ganha um peso especial. Por isso, nossa orientação é fortalecer em todos os espaços a construção de importantes atos no dia 20 de novembro, bem como desenvolva atividades durante o mês da consciência negra. Por fim, ressaltamos que é importante fazer o recorte da reforma administrativa no contexto das pautas do movimento negro.

Incluir no debate o Fora Sérgio Camargo.

#### **2.6. Outros encaminhamentos**

- Não ao fatiamento arbitrário das universidades e institutos, sem discussão democrática na base;
- Incorporar às palavras de ordem a formulação do Andes: "fora Bolsonaro e seus generais"
- Necessidade de construção de um enfrentamento ao retorno presencial nas universidades e escolas, apontando a necessidade de planos de retorno consistentes, com a construção de uma greve
- Proposta de moção de repúdio aos vereadores de São Paulo que votaram contra os servidores municipais pelo Sampaprev 2, que entre outros ataques vai taxar aposentados e ativos em 16% para a previdência (Causou espanto na categoria que a bancada do PT, liderada por Suplicy, tenha votado a favor de parte desses ataques)
- Moção de repúdio aos deputados estaduais que votaram pela PLC-26 no Estado SP para enviar à assembleia legislativa
- Unificar com a mobilização contra a privatização dos Correios

### **3. CALENDÁRIO**

#### **Live do setorial da saúde:**

PL 2564/2020 e PEC 32 - As Consequências na Vida dos Trabalhadores em Saúde e a necessidade da luta!

**Dia: 03/11/2021- Quarta-feira**

**Hora: 19h**

NAS REDES SOCIAIS DA CSP.

05 a 07/11 – Coordenação Nacional da CSP-Conlutas

08/11 – Mobilização contra a privatização dos Correios nos estados

09/11 – Mobilização contra a privatização dos Correios em Brasília

13/11 – Plenária Nacional dos servidores das três esferas

15/11 – Participação nos atos onde houver mobilização

20/11 – Dia da consciência negra pelo Fora Bolsonaro e Mourão

23 e 24/11 – eleições do SIMPERE

#### **4. COORDENAÇÃO NACIONAL**

Reafirmamos a importância da participação na Coordenação Nacional que ocorrerá nos dias 05, 06 e 07 de novembro. Destacamos que os delegados serão multiplicados por 3 do número que cada entidade elege. Outro ponto importante é com relação às finanças: as entidades que têm pendências financeiras que façam os acertos.

Foi dado também um informe da dinâmica e da pauta.

Orientamos também que seja feita assembleia para eleição dos delegados, evitando a indicação por diretoria uma vez que será uma Coordenação "turbinada", é muito importante a mais ampla participação.

Não tem limites de observadores, mas as falas garantem 30% de observadores e 70% de delegados;

#### **5. MOÇÕES**

##### **5.1. Moção contra a aprovação do PLC-26**

##### **5.2. Moção municipais de SP**

## **Moção de Apoio à Greve dos Servidores Municipais de São Paulo**

Os servidores públicos da cidade de São Paulo estão em greve unificada desde o dia 19 de outubro contra alterações na carreira e contra a Reforma da Previdência, chamada SampaPrev2.

O governo Nunes (MDB), suspeito de envolvimento com a chamada "máfia das creches" já aprovou a criação de mais cargos comissionados e o aumento do vencimento destes e inclusive do próprio prefeito, favorecendo os cargos em nomeação.

Quer agora atacar as férias, as abonadas e a aposentadoria dos servidores.

Este governo municipal, assim como o governo estadual, em verdade, está em consonância com a PEC 32 do governo federal, a qual pretende acabar com a estabilidade dos servidores em todas as esferas, privatizar e precarizá-los, oficializando as contratações por rachadinhas, método este que legitima a corrupção nos serviços públicos.

Repudiamos os votos de todos os partidos favoráveis ao Sampa Prev2, o que causou espanto na categoria é que parte da bancada do PT, liderados pelo vereador Eduardo Suplicy tenha votado a favor de parte destes ataques.

Diante da condução burocrática da greve pelo Fórum das Entidades, o Comando de Greve - formado por ativistas de base - levantou acampamento para chamar a atenção da população a esse desmonte do serviço público.

A CSP-Conlutas repudia o voto de todos os partidos neste projeto, inclusive o voto do PT em parte destes projetos, se solidariza com o acampamento e apoia a greve dos servidores municipais de São Paulo.

SampaPrev2, não!

PEC 32 não!

Em defesa dos serviços públicos municipais, estaduais e federais!

Fora Bolsonaro, Mourão e Guedes Já!

## **6. LISTA DE PRESENÇA**

Participaram cerca de 60 pessoas. Assinaram a lista de presença: Adriana Stella - minoria da Fasubra; Alexandre Alves - Unidos pra Lutar! Subsele APEOESP Itapeverica da Serra-SP. Oposição Combativa Unificada/ APEOESP; Alexandre Correios; Alexandre Ghioti da Silva, Comitê de Lutas dos Servidores Públicos de Mauá-sp e Comitê Contra a Reforma Administrativa; André, professor da rede estadual de São Paulo, aqui de Campinas; Carlos Elias SIMPERE; Cláudia Ribeiro – SIMPERE; Cristine Hirsch - Andes-SN; Eduardo magno Sintsep PA; Euler Pimentel - Oposição SINTRAJUF/PE; Fabiano dos Santos - SINTRAJUD/SP; Felipe Cesar Torres Antonio, TA pela base da UFABC; Filipe Skiter - TAEs de Luta; Franci Cardoso-base APRUMA/ANDES; Gerson Lima, Sintsep-PA; Gustavo Olimpio - op. SindUTE MG Professor; Joselene Mota - ANDES SN; Juliana Melim - base da ADUFES/ANDES; Juscelino R. Oliveira - Conselheiro Estadual da APEOESP - Coletivo Reviravolta na Educação; Katia Castro - Filiada ao SINASEFE/MA; Katia Telles - SINTUFEPE-SS/UFPE Coletivo Base; Lenilson Santana - Minoria de direção do Sintufepe/UFPE (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco/SS UFPE); Marcelino Cutrim- São Luís-MA Professor da rede pública estadual; Marcelo Teixeira - Sinasefe- CMR/EAMPE; Moisés Sinasefe Santa Teresa ES; Monica Vermes - Andes (base); Oneide, sou da Diretoria Estadual do SintsPrev; Paulo Barela - Oposição Nacional do ASSIBGE/SN - Setor de Federais; Paulo Falcão - SINDJUS-AL; Pedro Rosa - Sintuff; Raphael Furtado - base Andes; Roberto da APRUMA/UFMA do Maranhão; Rosália Fernandes- Saúde RN; Saulo Arcangeli - Sintrajufe /MA; Tatiana Fernandes - Comitê de Lutas dos Servidores de Mauá - PSTU ABC; Victoria Mello: Op SindUte/MG; Waleska Timoteo Sindicato Servidores Municipais de Vitória

## **Cultura**

### **Foi deliberado os seguintes encaminhamentos para aprovação nas resoluções dos setoriais:**

O setorial de cultura e a coordenação nacional da CSP-Conlutas resolvem:

- Que a executiva nacional se articule com os companheiros do setorial de cultura para organizar a inclusão de atividades artísticas da central nas atividades, atos, seminários e demais atividades em que se faça oportuna a inclusão das atividades culturais;
- Que a Executiva da CSP-Conlutas procure sempre incorporar as atividades artísticas e culturais nos eventos, atos e demais atividades organizadas pela nossa central.

### **O Analfabeto Artístico**

Bertolt Brecht e Belon

O pior analfabeto é o analfabeto artístico. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos artísticos. Ele não sabe que a vida, o museu, as exposições, as instalações

e os happenings, constituem uma representação da experiência humana em sua plenitude.

O analfabeto artístico é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a arte. Não sabe o imbecil que a sua ignorância artística impede a representação e a discussão dos temas da prostituta, do menor abandonado, e do pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e laçao das empresas nacionais e multinacionais.

O analfabeto artístico quer proibir a arte; quer impor o seu gosto inosso.

O analfabeto artístico é também um analfabeto político, um analfabeto filosófico e um analfabeto científico.

O analfabeto artístico é um analfabeto em vida e em humanidade.

- 1- Implementar uma campanha de apoio a Lei Paulo Gustavo, que tramita no Senado Federal;**
- 2- Divulgar um texto sobre a Pec 32, como a mesma irá impactar o setor cultural no serviço público;**
- 3- 20 N – Setembro negro viabilizar em cada local que tivermos possibilidades com faixas, panfletos, pirulitos e vídeos, etc. para destacar o papel da cultura nesses movimentos de massa;**
- 4- - Realizar ainda este ano mapeamento junto as organizações da central, para identificar os grupos, artistas e trabalhadores da arte e da cultura, (Anexo – Modelo do Sindsef-SP que estão fazendo na sua base).
- 5- Convocar, a depender da situação da pandemia e do retorno das atividades presenciais da central, no primeiro trimestre de 2022 todos os diretores sindicais e dos demais movimentos sociais responsáveis pelas secretarias/departamentos culturais, para uma reunião, visando realizarmos um Encontro/Festival nacional de cultura popular da central;
- 6- Organizamos as intervenções artísticas nas atividades RCN da CSP-Conlutas (ação concreta pela terceira vez este ano).
- 7- Atividades: 05, 06 e 07 de novembro RCN da central virtual,**
- 8- 20 N – Setembro negro**

Moção Internacional:

Saudação pelo retorno de Sebastián Romero a sua casa depois de 4 anos pela absolvição definitiva de Daniel Ruiz e Cesar Arakaki. Lutar não é crime.

### **Transporte**

Debate com companheiros de SP, RS, CE.

Foram aprovadas as seguintes campanhas:

- 1) Contra a Privatização das Estatais, como a Carris do RS, a última empresa estatal de ônibus do país. Também contra a privatização da Trensurb, empresa metroviária do RS, do sistema CBTU que atinge os metrô de BH, Recife, além de ferrovias de João Pessoa, Maceió, Natal. E lutar contra a privatização do Metrô do DF, de São Paulo e da CPTM.

E se soma contra a entrega de todo patrimônio público com as diversas privatizações do governo Bolsonaro além dos estados e municípios.

Ajudar na divulgação da Cartilha da Fenametro realizada pelo Ilaese com o título “O Colapso do Modelo Rodoviário no Brasil”.

Neste sentido defender a reestatização e estatização das empresas de transporte contra o ganância e lucro dos tubarões do transporte.

- 2) Apoio à greve dos caminhoneiros e pela luta contra os aumentos dos combustíveis, em defesa da Petrobras 100% estatal.
- 3) Contra o fim do segundo trabalhador no ônibus conhecido como cobrador ameaçado em todo país como em São Paulo, Porto Alegre e demais cidades.
- 4) Contra o fechamento das bilheterias no metrô e ferrovia, nenhuma demissão. Apoiar a campanha de fotos em defesa do emprego do setor.

Pela incorporação dos terceirizados nas empresas públicas porque já estão efetivamente trabalhando.

- 5) Divulgar a Campanha em defesa do metroviário Alex Fernandes, vice-presidente da CIPA da Linha 3 do Metrô de São Paulo que foi injustamente punido com dois dias de suspensão por se opor a uma campanha da

empresa chamada de “Gentileza”. O Sindicato e os diversos cipeiros eleitos estão em defesa do Alex Fernandes contra esta arbitrariedade que tenta calar a voz do trabalhador.

- 6) Luta por salários iguais para trabalho iguais. As empresas utilizam esta política dividindo a classe com salários diferentes para a mesma função e assim economizar em cima do trabalhador.
- 7) Apoio à Chapa 1 dos rodoviários do CE que tem membros da CSP-Conlutas e que é a atual direção do sindicato contra a chapa da CUT. O sindicato é filiado à CSP-Conlutas.

### **Saúde**

PARTICIPANTES: Participaram 22 pessoas: ENTIDADES: SINDSAÚDE/RN; SINDEESS-BH, SINDSERB- BETIM-MG, SINTUSP-SP, OPOS. SINDPREVS/RJ; SINTETS-RN OPOS. SINDMAT/RN,

PAUTA:

- 1- PL 2564/2020 e PEC 32- As consequências para os (as) trabalhadores em saúde e a necessidade da luta,
- 2- Encaminhamentos

Há consenso sobre a necessidade de unidade da própria categoria de Enfermagem e unidade com as lutas da classe trabalhadora.

#### **PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS**

- Construir a realização de uma reunião nacional no mês de novembro com as entidades nacionais da enfermagem e centrais sindicais para construir articulação para um movimento nacional pela aprovação da PL 2564/2020- PL da Enfermagem;
- Que a CSP Conlutas e entidades filiadas construa e desenvolva campanhas de esclarecimentos, mobilização e conscientização sobre a importância e necessidade da aprovação do PL 2564/2020, PEC 32 e SUS nos locais de trabalho, moradia, redes sociais, entre outros;
- Construir junto as entidades nacionais da saúde e centrais sindicais dias de mobilização nacional, paralisações, Dia nacional de luta, rumo a greve nacional pelo Piso Nacional da Enfermagem e jornada de 30h - PL 2564/2020;
- Incorporar na campanha de esclarecimento da PEC 32, PL 2564/2020, SUS a luta contra a EBSERH e a desconstrução das Privatizações na Saúde com as OS's;
- Reforçar a campanha da estatização do SUS, e da defesa de um SUS 100% Público e estatal;
- A reunião do setorial aprova e referenda as propostas do setorial do funcionalismo público sobre a campanha contra a PEC 32 - Reforma Administrativa;
- Que o setorial em saúde promova a realização de reuniões antecedida por atividades/Lives relacionada a temas que reflitam a realidade dos trabalhadores em saúde, como: Assédio Moral, adoecimento, saúde mental e outros temas que reforcem a importância e necessidade para as lutas cotidianas da nossa classe;
- Unificar a luta junto as outras entidades por emprego, salários dignos, contra a fome e exploração da classe trabalhadora na construção de uma GREVE GERAL NO PAIS.

### **8. Moções**

As moções aprovadas foram as seguintes:

#### **CARTA ABERTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

*Um chamado à unificação das lutas para derrotar a (s) Reforma (s) administrativa (s) e o Novo Ensino Médio!  
Por uma greve geral do funcionalismo!*

A reforma administrativa de Bolsonaro, reproduzida pelos governadores e prefeitos de todo o país, vai significar o desmonte dos serviços públicos, o fim dos concursos, da estabilidade e a transformação dos serviços públicos em cabide de emprego conforme interesses dos governos de plantão. O que estes governos querem é acabar de vez com o Sistema Único de Saúde, com a educação e com os serviços públicos, para favorecer os mais ricos. Para levar esse projeto a cabo, atacam também os servidores, que sempre defenderam os serviços de qualidade para toda a população.

Na educação, a Reforma Administrativa se combina com a implantação do chamado Novo Ensino Médio, que significa um grande ataque ao direito da juventude à educação de qualidade. A Reforma do Ensino Médio, implantada com a Lei 13.415/2017, amplia as desigualdades educacionais. Sob a desculpa de ampliar a carga horária, privatiza e flexibiliza a frequência à escola ao permitir sua substituição por créditos obtidos mediante comprovação de experiência profissional, demonstração prática e cursos oferecidos por centros e programas ocupacionais. A Lei afirma que estudantes poderão optar por um ou mais itinerários formativos, entretanto, a escolha não é livre, pois dependerá da disponibilidade de cada sistema de ensino. Apenas língua portuguesa e matemática seguirão sendo disciplinas obrigatórias em todo ensino médio nacional, enquanto todas as demais

ficarão restringidas às competências e habilidades diluídas em quatro áreas de conhecimento estipuladas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ou seja, os sistemas de ensino não serão obrigados a ofertar todos os itinerários formativos e poderão criar diferentes arranjos curriculares, organizados de modo a permitir a redução de contratação de professores e professoras. Ao flexibilizar o currículo, a reforma do ensino médio ainda vai facultar uma educação de qualidade aos mais ricos, com recursos para ofertar arranjos curriculares mais intelectualizados. A classe trabalhadora, no entanto, sofrerá com um ensino ainda mais pobre e poderá ter horas de trabalho computadas como crédito escolar. O Novo Ensino Médio ainda incorpora de forma definitiva o ensino híbrido, que significa ainda mais sobre trabalho e defasagem salarial para o professor e prejuízos pedagógicos aos estudantes.

O Novo Ensino Médio vai ao encontro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32), que facilitará a demissão de servidores públicos, estipulando avaliações por desempenho pautadas em critérios arbitrários de produtividade. Com isso, não só estudantes da classe trabalhadora terão menos acesso aos conhecimentos, como também haverá menos contratação de professores e professoras por concurso público, com possibilidade até mesmo de demissão em massa. Sob a desculpa de respeitar o teto dos “gastos” imposto pela EC 95, e graças à flexibilização, os sistemas públicos de ensino poderão substituir carga horária escolar por projetos desenvolvidos em parceria com empresas, cortando investimentos em escola e na contratação de docentes, tensionando ainda mais pela desvalorização e achatamento dos salários. Tudo isso vai aprofundar a privatização da educação, que vem se agravando ao longo de sucessivos governos! O objetivo é unicamente atender às novas demandas do capital: uma base precária para se adequar aos novos patamares da flexibilização e precarização do trabalho.

Assim, a lógica empresarial vai penetrando até na gestão das escolas e os grandes grupos empresariais vão se apossando cada vez mais da educação, agora elaborando diretamente o currículo. Tanto a Reforma do Ensino Médio quanto a BNCC foram criadas a partir de 2013 por entidades ligadas aos grandes grupos empresariais, como a Fundação Lemann, Fundação Itaú, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho etc., que através da Todos pela Educação, estão determinando cada vez mais a política educacional brasileira.

Trabalhadoras e trabalhadores da educação e estudantes protagonizaram nos últimos anos inúmeras lutas importantes, como os tsunamis da educação e as greves em defesa da vida. No entanto, na pandemia, muitas dessas lutas permaneceram parciais e fragmentadas, em grande parte por responsabilidade das direções sindicais que não deram uma batalha pela unificação e mobilização pela base. Para impor derrotas aos governos e aos ataques é preciso ir além. Fazemos um chamado à CNTE, às centrais sindicais, aos sindicatos, às trabalhadoras e trabalhadores de todo o país: é urgente a mais ampla unidade na luta pela retirada imediata e total das reformas administrativas de Bolsonaro e dos governadores e prefeitos, para barrar a implantação do Novo Ensino Médio e apontar medidas necessárias à defesa de uma educação pública de qualidade, gratuita, laica e inclusiva. É necessária também a construção de uma greve geral de todo o funcionalismo público, que sirva de apoio à construção de uma greve geral nacional de toda a classe trabalhadora pelo Fora e Bolsonaro e Mourão e para derrotar os ataques da burguesia à classe trabalhadora.

Exigimos a anulação de todas as contrarreformas aprovadas até aqui e que retiram direitos dos trabalhadores. Não abriremos mão dos nossos direitos, nem permitiremos que nossa classe padeça na fila do osso, sem saúde, emprego e educação, enquanto um punhado de milionários seguem enriquecendo mais e mais. Somente a luta direta e unificada da nossa classe pode impor uma saída à crise social, econômica e sanitária que vivemos, na contramão do que os governos e os grandes capitalistas querem nos impor. Que os ricos paguem pela crise!

**Não ao Novo Ensino Médio! Revogação da contrarreforma do Ensino Médio e da BNCC!**

**Não aos projetos privatizantes na Educação! Mais investimento Público na Escola Pública!**

**Não ao pagamento da falsa dívida pública! Valorização salarial dos professores e funcionários!**

**Gestão democrática nas escolas!**

**Não à obrigatoriedade do retorno presencial sem garantia de segurança sanitária nas escolas!**

**Fora obscurantismo e militares do MEC! Fora Milton Ribeiro!**

**Abaixo o governo genocida e corrupto de Bolsonaro e Mourão já!**

### **BASTA DE MACHISMO NOS SINDICATOS!**

*Proposta de resolução dos setoriais de Mulheres e da Educação da CSP Conlutas, frente aos casos de machismo ocorridos contra a professora Flavia Bischain na diretoria da APEOESP.*

Os espaços sindicais, fundamentais para a organização da nossa classe, não podem ser hostis à participação das mulheres, ainda mais em categorias majoritariamente femininas, como é o caso da educação. É muito grave quando grosserias e maus tratos são utilizados como tentativas de silenciamento das companheiras, para tentar

calar posições divergentes. Isso enfraquece a luta das mulheres e de toda a classe trabalhadora contra a opressão, a exploração e os ataques dos governos de plantão.

Nesse sentido, manifestamos nosso apoio à professora Flavia Bischain, diretora da APEOESP e integrante da Executiva Nacional da CSP Conlutas, que tem sido alvo de ataques de teor machista, muitas vezes reproduzidos por dirigentes mulheres, como a própria presidente do sindicato.

Em um desses casos, na reunião da Diretoria Colegiada do dia 23 de agosto de 2021, por apresentar uma posição divergente à da maioria da direção, Flavia foi hostilizada pela presidenta do sindicato, que a chamou de “Madre Teresa de Calcutá”, e afirmou que ela “não tinha maturidade para estar ali”. Flavia teve seu microfone cortado. A companheira teve direito à palavra apenas ao final da reunião e ao denunciar o comportamento de teor machista e recorrente contra ela, um diretor, também da direção majoritária, afirmou que ela estava se “vitimizandando”.

Infelizmente, essa situação é recorrente. No ano passado, ao defender a realização de uma assembleia, a professora Flavia também foi agredida verbalmente. Um diretor gritou que ela “calasse a boca”, numa tentativa de silenciar a diferença política. Não houve retratação do companheiro, que se escondeu “atrás das câmeras” da reunião virtual.

Tratam-se de ofensas de conteúdo tipicamente machista e atitudes autoritárias, utilizadas para ofender, ridicularizar, infantilizar e desqualificar as mulheres, fazendo do machismo uma arma política.

O debate democrático e o respeito às diferenças é indispensável para que consigamos impor derrotas ao governo. Atitudes machistas e autoritárias como essas prejudicam nossa luta e dividem nossa classe. Numa sociedade capitalista, na qual lutamos contra um presidente autoritário, machista, lgbtfóbico, racista e genocida, temos que ser ainda mais firmes na luta contra a violência e a opressão às mulheres, negros e lgbti's. Fazemos um apelo às companheiras e companheiros, independente da corrente política à qual faça parte, para que travemos juntas e juntos uma batalha permanente contra o machismo e toda forma de opressão! Não podemos admitir nenhuma tolerância, conivência ou naturalização dessa violência, seja por parte dos companheiros homens, ou que seja reproduzida por companheiras mulheres, que nada tem a ganhar com as mesmas. A luta contra o machismo deve ser um princípio inegociável de nossas entidades e de todos os dirigentes e ativistas sindicais, independentemente de posições políticas e divergências.

Defendemos toda a unidade na luta contra os governos, os ataques e o capitalismo, e essa unidade não pode se contrapor ao enfrentamento ao machismo e ao autoritarismo. Diante destes relatos, manifestamos aqui nosso apoio à professora Flavia e repudiamos qualquer atitude machista cometida dentro das instâncias dos sindicatos.

#### **E aprovamos os seguintes encaminhamentos:**

1. Enviar esta carta à secretaria de mulheres da Apeoesp, reivindicando que debatam os casos e tomem os encaminhamentos necessários a fim de cessar tais atitudes.
2. Seguir fortalecendo a luta contra o machismo e qualquer forma de opressão nos sindicatos, coletivos e organizações.

#### **MOÇÃO DE REPÚDIO AO PREFEITO DE JAU, ESTADO DE SÃO PAULO**

A Reunião de Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada em 05, 06 e 07 de novembro de 2021, REPUDIA veemente a atitude do Prefeito Municipal da cidade de Jau, IVAN CASSARO, pela demissão da servidora municipal, professora CRISTIANE BANHOL.

O motivo da demissão foi a sua luta sanitária em plena Pandemia da COVID-19, pela proteção dos profissionais e usuários das Unidades Básicas de Saúde no município, questionando a falta, ou quantidade e orientação inadequadas para o uso de EPI's - Equipamentos de Proteção Individual nestas unidades no início da pandemia, que poderiam aumentar os riscos de contágio, quando os profissionais da saúde representavam cerca de 60% das contaminações no país.

Entendemos que a demissão tem o caráter político ao punir a professora, por trazer à tona uma discussão sobre saúde pública que se dá em todo o país, caráter este aprofundado pela dupla punição, visto que a servidora já cumpriu, pela mesma injusta acusação, uma suspensão de 15 dias, e todos os prejuízos provenientes da mesma. Portanto, tem que ser reintegrada, com todas as reparações administrativas ou judiciais.

#### **A MULHER E O MACHISMO IMPLÍCITO E EXPLÍCITO**

*Diga NÃO ao machismo!*

Há muitos anos nós mulheres no Brasil e no mundo estamos lutando e exigindo sermos reconhecidas com direitos iguais pela outra metade da humanidade, os homens, sem com isto reforçarmos o binarismo

heteronormativo que a sociedade alimenta, com toda criatividade cotidiana, para perpetrar todo tipo de violência, simbólica e física.

No mundo do trabalho, em casa, nos espaços de lazer, nos partidos políticos, nos sindicatos e demais instâncias da sociedade somos nós, mulheres e excluídos vítimas de tais violências. Sabemos que todos e todas devemos ser educados e educadas para não cairmos nas esparrelas ideológicas do racismo, da homofobia, transfobia, sexismo, misoginia, machismo etc. Tal educação deve pressupor que queiramos ser educados e, portanto, mudarmos o nosso comportamento diante de preconceitos e atitudes discriminatórias e desrespeitosas

O machismo é um dispositivo ideológico que foi criado e alimentado por uma sociedade machista branca e burguesa e que, muitas vezes, atinge, também, os trabalhadores, mesmo em suas organizações de classe. Este se manifesta em brincadeiras, palavras depreciativas ou ações libidinosas sem consentimento, silenciamento estrutural da mulher, dentre outras palavras e atitudes.

Posto isso e apesar de nossa luta, no início deste mês nos deparamos com um diálogo em um grupo sindical Regional (OUC), de WhatsApp, público onde o conselheiro e diretor da APEOESP – Subsede Sul Santo Amaro, professor Pedro Paulo dispara de forma inescrupulosa para outro companheiro: “Tu tá pegando a ... né?”. Expondo de maneira maldosa e desrespeitosa, uma militante, conselheira da mesma subsede e do mesmo campo de atuação e que não está presente no grupo, onde foi citada.

O conselheiro Pedro Paulo já foi questionado por outras companheiras acerca de atitudes machistas que as tem desagradado profundamente, todavia, apesar de fazer retratações públicas, isto não tem alterado a sua conduta, o que podemos depreender das palavras escritas em grupo público. A retratação, autocrítica ou pedido de desculpas tem um objetivo, ou seja, que a pessoa que assim proceda não repita a (as) ações objeto do questionamento.

No grupo, o professor foi questionado sobre sua “brincadeira” desrespeitosa, onde o mesmo se desculpou, em dois momentos, mas reforça o machismo tentando responsabilizar outros e culpando a conselheira que o questionou. Reforçamos que, por solidariedade, a professora citada foi informada sobre o fato ocorrido.

Queremos observar, que tal conduta machista expôs a companheira a uma posição de objeto sexual, interferindo em sua vida individual/psicológica, uma vez que isto a abalou profundamente ao ser exposta publicamente; profissionalmente, porque é Coordenadora de

Olimpíada, é Professora e este papel lhe exige uma responsabilidade diante dos colegas de trabalho, alunos e outras instituições; no plano sindical, uma vez que é conselheira eleita da APEOESP e militante ativa.

Diante das reiteradas condutas machistas do conselheiro em tela, solicitamos que a subsede/sindicato e OUC se reúna em seus fóruns para encaminhar procedimentos necessários ao caso para que nenhuma companheira, professora ou mulher sofra mais qualquer tipo de constrangimento individual ou público. O caso merece uma deliberação de caráter educativo, político e lastreado pela ética socialista, que é a nossa ética.

### **MOÇÃO DE SAUDAÇÃO À CONQUISTA DA LICENÇA REMUNERADA PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CATEGORIA METALÚRGICA DE SJC!**

O fechamento do acordo coletivo, este ano, da categoria metalúrgica de São José dos Campos foi marcado por uma conquista inédita e muito progressiva. A garantia de licença remunerada para trabalhadoras vítimas de violência doméstica. A lei Maria da Penha prevê o afastamento da vítima sem perda de vínculo por até seis meses, contudo não garante a remuneração.

Diante da violência, muitas mulheres se calam para não se ausentar do trabalho ou retornam suas atividades antes de estar bem, devido o medo da demissão ou por falta de recursos financeiros. Hoje o Brasil conta com mais de 14 milhões de desempregados, uma inflação desenfreada que tem feito disparar a carestia e a insegurança alimentar ultrapassa 61% da população. Por isso, essa medida tem grande importância, pois significa uma mínima segurança para que as mulheres busquem sair dos ciclos de violência.

Ocupamos a quinta posição no ranking internacional de países onde mais se matam mulheres, o primeiro lugar quando se tratam de casos de violência lgbtfóbica e mesmo sendo o segundo país mais negro fora da África, o racismo no país promove todo tipo de agressão e violação de direitos.

Com a chegada de Bolsonaro ao poder, o que era ruim ficou ainda pior. Seu discurso de ódio contra os setores oprimidos se tornou política consciente de desinvestimento e sucateamento dos serviços de suporte às vítimas de violência. João Dória, governador do estado de São Paulo, também tem histórico de corte nos serviços e orçamentos de políticas para as mulheres. Diante de números explosivos de casos de violência contra a mulher, que ocorreu durante a pandemia, a medida do governo federal foi disponibilizar um número de whatsapp para as mulheres denunciarem. Nenhuma ação que possibilitasse a essa mulher sair de casa e ficar em segurança com seus filhos, nenhuma medida que garantisse o distanciamento do agressor, nenhuma medida que preservasse a vida das mulheres foi tomada, a nível federal, estadual e local.

Da burguesia o que podemos esperar é hipocrisia e negligência. Criam ONG's e instituições como a ONU Mulher e diversas ONG's, que promovem campanhas de combate a violência e a desigualdade de gênero, mas no chão da fábrica e em todos os locais de trabalho os patrões fecham os olhos para a realidade das mulheres, seguem explorando a qualquer custo e perseguem aquelas que precisam se afastar do local de trabalho.

Tudo isso evidencia a importância de colocar para o conjunto dos trabalhadores, mulheres e homens, que essa batalha não é apenas feminina, mas uma tarefa da classe. Se os governos e patrões negligenciam as vidas das mulheres trabalhadoras, devemos nos unir e exigir os direitos mais elementares. Dessa forma, nossa classe estará muito mais fortalecida para enfrentar qualquer ataque e garantir melhores condições de trabalho. Por isso, queremos saudar a iniciativa do Sindmetal de SJC e tomar como exemplo para todas as nossas entidades.

- ✓ **Basta de machismo! Basta de violência contra as mulheres!**
- ✓ **Sigamos o exemplo dos metalúrgicos de SJC!**
- ✓ **Licença remunerada do trabalho para vítimas de violência doméstica**
- ✓ **Aplicação e Ampliação da Lei Maria da Penha**
- ✓ **Não pagamento da dívida pública. Por mais investimentos em políticas para mulheres!**
- ✓ **Fora Bolsonaro e Mourão já! Damares não nos representa!**
- ✓ **Unidade da classe para pôr fim ao machismo e ao capitalismo!**

### **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E APOIO A MARI FERRER**

No último dia 7 de outubro, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina absolveu por unanimidade, em segunda instância, André Camargo Aranha, acusado de estuprar Mariana Ferrer em 2018. Os desembargadores entenderam que a acusação não apresentou provas suficientes que caracterizassem o crime.

Muito embora a acusação tenha apresentado provas contundentes, suficientes para a condenação desde a primeira instância, o juiz acatou a alegação de que não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que Mari não estava em condições de consentir a relação, não existindo assim "intenção" de estuprar.

Foi um processo marcado por tentativas de transferir a responsabilidade do agressor para a vítima em todas as fases. As próprias imagens da audiência divulgadas na imprensa não deixaram dúvidas, mostraram Mari sendo humilhada pelo advogado de defesa do acusado, enquanto ela implorava pela intervenção do juiz, que não atendeu, permitindo a sessão de humilhação, refletindo a justiça machista e burguesa existente no país, que garantiu impunidade ao agressor.

O setorial de mulheres da CSP Conlutas repudia a decisão proferida pela justiça burguesa que reforça a cultura do estupro e seu caráter de classe. Expressamos todo apoio e solidariedade a Mari Ferrer.

**Basta de machismo e cultura do estupro!**

**Punição aos agressores! Estupro culposo não existe!**

**Nenhuma confiança na justiça burguesa e suas sentenças parciais. Revogação dessa sentença já!**

### **MOCÃO DE SOLIDARIEDADE AO RADIALISTA JERRY DE OLIVEIRA**

No dia 9 de setembro o radialista Jerry de Oliveira, atuante na rádio comunitária Noroeste FM, na cidade de Campinas-SP, foi vítima de ameaça de morte por parte de um homem e seu filho, por motivo de desacordos políticos. Mesmo ele registrando B.O. e levando diversas provas à polícia, as ameaças se repetiram na noite do dia 11 de outubro.

É inadmissível que alguém que faça diversas ameaças desse tipo siga à solta e armado, trazendo perigo à vida do radialista e de sua família, bem como de outras pessoas que porventura expressem opiniões divergentes. Isso é uma forma de cercear a liberdade de expressão, tão cara à democracia na qual vivemos.

Por isso nós reunidos na Coordenação Nacional da CSP Conlutas realizada nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2021 nos manifestamos em solidariedade a Jerry de Oliveira e cobramos uma postura enérgica do Governo do Estado e da Secretaria de Segurança Pública, no sentido de garantir a integridade física e a vida do comunicador.

### **MOÇÃO DE REPUDIO AO VETO PRESIDENCIAL AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL**

Manifestamos indignação ao veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a artigos do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (14.214/21), considerando mais uma prática de reprodução da misoginia, do machismo e do controle sobre o corpo das meninas, das mulheres, das pessoas trans e não binárias que menstruam. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB) também vetou projeto similar.

Instituído por projeto de lei aprovado por parlamentares na Câmara e no Senado, o Programa previa, além da inclusão de absorventes higiênicos nas cestas básicas, entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a distribuição gratuita desse item para estudantes socialmente vulneráveis dos

ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de rua e de encarceramento ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

Trata-se, portanto, de uma medida fundamental, de acesso ao direito de existir, considerando que a menstruação é condição de cerca de 30% das mulheres e corpos que menstruam, ou seja, 60 milhões de brasileiras. O Estado, diante da desigualdade estabelecida e pouco enfrentada, tem o dever de criar mecanismos de atendimento, como compromisso público de defesa dos direitos humanos. Em pleno século XXI, corpos que sangram chegam a utilizar miolo de pão e até jornais no período menstrual, por exemplo, por ausência de itens básicos de higiene.

Conforme informações da Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil, 62% das meninas entre 12 e 19 anos deixaram de ir à aula alguma vez por não ter absorventes. Assim, a evasão escolar de adolescentes em período menstrual é um importante sinal de que o tema deve ter notoriedade pública e estar presente nos debates governamentais. Dados do relatório Livre para Menstruar mostram que 20% das adolescentes não possuem água tratada em casa e 200 mil estudam em escolas com banheiros sem condições de uso, o que torna ainda mais difícil o manejo da higiene menstrual.

Por esses e tantos outros motivos que cerceiam nossos corpos na sociedade capitalista é que nós exigimos que medidas intransigentes como essas que ferem os direitos sociais e humanos, sejam denunciadas e duramente rebatidas. Destacamos ainda argumentos de falta de designação de fonte de custeio ou de questões tecnicistas, apontadas como justificativas do veto sejam presidencial ou estadual, que evidenciam a ausência de implicação com relação ao direito das mulheres e pessoas que menstruam, mais uma nítida expressão do quanto à misoginia está presente na sociedade brasileira.

Reforçamos a necessidade de nos mobilizarmos pela derrubada do veto presidencial bem como estadual, trazendo o debate para o necessário enfrentamento do racismo, do sexismo e da desigualdade social, que marcam a vida de mulheres e pessoas que menstruam. Bolsonaro não poderá decidir sobre nossos corpos! Por esse e outros motivos lutamos pelas condições de saúde e de vida e nos somamos a outros movimentos sociais, coletivos e entidades, para reivindicar que a pauta seja atendida e que o Estado brasileiro se responsabilize por condições mínimas de saúde, de sobrevivência e de existência de meninas, mulheres e pessoas que menstruam. Ressaltamos, uma vez mais, que dignidade menstrual é questão de saúde pública e coletiva! Por isso, exigimos dignidade para aos nossos corpos e pelo direito de menstruar de forma digna já!

### **NOTA DE REPÚDIO À CRIMINALIZAÇÃO DO MST E DA CHAPA 2 - OPOSIÇÕES UNIFICADAS (MUNICIPAIS CAMPINAS)**

Nós, participantes da Reunião de Coordenação Nacional da CSP Conlutas realizada em 05, 06 e 07 de novembro de 2021, repudiamos a perseguição ao MST e a Chapa 2 - Oposições Unificadas.

No mês de setembro 2021 foi realizada a eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Campinas (SP) e a esquerda se unificou em torno da Chapa 2 - Oposições Unificadas.

Durante os dias estiveram presentes muitos apoiadores de diversos movimentos sociais, sindicais e de partidos. Dentre eles estavam os e as trabalhadoras do MST.

Após as eleições a coordenação da chapa é intimada a prestar esclarecimentos à Polícia Civil, descobre que a Chapa 1 (CTB) solicita urgência na instauração de inquérito policial contra os mesmos pelos crimes de: constrangimento ilegal; grave ameaça; incitação ao crime; apologia ao crime; e associação criminosa. Na fundamentação caluniosa do termo circunstanciado acusam o MST de cometer crimes em série, torturas, mortes e etc.

Ao invés da direção do STMC organizar a luta pelo Fora Bolsonaro, contra a Reforma Administrativa e lutar pela defesa do Camprev, que é papel de um sindicato, a mesma se presta ao serviço de atacar a Chapa 2 e o MST aos moldes do governo genocida de Bolsonaro.

A Chapa 2 legitimamente participou da eleição sindical com um grande apoio dos trabalhadores municipais de Campinas, está na luta em defesa do Camprev e participou dos atos pelo Fora Bolsonaro junto com os lutadores e lutadoras do MST.

Sabemos que a criminalização dos movimentos sociais, sindicais e políticos é uma tática inescrupulosa de agir da direita, mas a criminalização dentro do meio sindical deve ser veementemente repudiada.

Com que coragem a atual diretoria do STMC e a CTB poderão reivindicar seu papel de defensores dos direitos dos trabalhadores, se criminalizam e judicializam ações contra outros movimentos de trabalhadores?

Denunciamos e repudiamos a violência dessa ação. Exigimos que a CTB retire o pedido de instauração do inquérito policial e faça retratação pública.

### **NOTA DE REPÚDIO AO METRÔ/DF**

O Metrô/DF foi condenado, no dia 29 de setembro, a pagar 30 mil a uma trabalhadora que sofreu assédio sexual, cometido pelo chefe, durante vários anos.

A vítima procurou ajuda dentro do Metrô, mas nenhuma medida foi tomada para conter as práticas e ela ainda foi designada para trabalhar no mesmo setor que o chefe assediador após retornar de licença médica para tratar da depressão causada pela situação.

Contando com a negligência do Metrô/DF, o assediador se sentiu à vontade para usar de comentários, fazendo referência às partes íntimas, mensagens de celular com fotos e vídeos pornográficos, culminando com o ato de segurar e esfregar os órgãos genitais na vítima.

Não é por acaso que o Brasil lidera as estatísticas de violência doméstica e é o quinto país com maior número de feminicídios. O machismo é naturalizado e os corpos das mulheres são objetificados. Os assédios, principalmente contra as mulheres, não são práticas isoladas. São vivenciados diariamente na escola, na rua, em casa, no transporte, no trabalho.

As práticas opressoras e machistas precisam ser enfrentadas de forma efetiva em todos os espaços sociais. A CSP-CONLUTAS repudia o Metrô/DF pela convivência diante do assédio sofrido pela trabalhadora. É preciso punir o assediador e ter práticas constantes de combate ao assédio moral e sexual.

A CSP se solidariza ainda à trabalhadora vítima de tais violências ao passo que exige a exoneração de todos os gestores envolvidos em tal caso e, assim, se combata de maneira exemplar a institucionalização do assédio sexual no Metrô-DF.

### **MOÇÃO DE REPÚDIO À CÂMARA DOS DEPUTADOS – DEP. FED. TIAGO DIMAS**

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 6 de outubro passado, o Projeto de Lei 2058/21, de autoria do deputado Tiago Dimas (Solidariedade-TO), que estabelece medidas sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia, prevendo sua volta ao presencial após imunização. A proposta será enviada ao Senado.

O texto muda a Lei 14.151/21, que garantiu o afastamento da gestante do trabalho presencial com remuneração integral durante a emergência de saúde pública do novo Coronavírus.

A relatora, deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), afirmou que o projeto resolve o problema do setor produtivo, que paga o salário integral da trabalhadora e, muitas vezes, o microempresário não tem condições de fazer esse pagamento.

Enquanto o Congresso continua em trabalho remoto, aparece com um projeto que estabelece o trabalho presencial como regra. Além disso, estabelece um retorno pela simples imunização, com critérios que não são definidos e a grávida que não quiser tomar a vacina vai ter que retornar ao trabalho.

Mais uma vez o Estado se omite sobre a proteção às mulheres ao colocar em oposição grávidas de um lado e pequenos comerciantes, pequenos empresários de outro.

Os parlamentares deveriam discutir com o governo, Ministério da Economia, um socorro para as micro e pequenas empresas para garantir o pagamento do afastamento das grávidas. Ao invés disso propõe o que, a nosso ver, se trata de uma punição às mulheres grávidas.

Não é o momento de se impor um retorno quando variantes do Coronavírus estão circulando no meio ambiente. Uma mulher grávida em si já se encontra em situação de risco visto a pandemia ainda não ter acabado e os índices de contaminação ainda serem preocupantes, principalmente nos grupos vulneráveis.

Assim apresentamos nosso REPÚDIO a mais este ataque ao direito à saúde e à segurança das mulheres trabalhadoras.

### **MOÇÃO EM REPÚDIO À PERSEGUIÇÃO POLÍTICA A PROFESSORA SABRINA LUZ!**

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, reunida em 05, 06 e 07 de novembro de 2021, repudia veementemente a abertura de inquérito administrativo que tenta indiciar a professora da rede municipal de Macaé, Sabrina Luz. Essa profissional e dirigente sindical, diante do desconto absurdo e arbitrário da Dedicção Exclusiva (DE), realizado pela Secretaria Municipal de Educação, no mês de julho deste ano, claramente desfavorável aos profissionais do magistério, manifestou-se, em suas redes sociais e por meio de seu coletivo, contrária a essa política injusta.

Durante seus mais de 10 anos como servidora da cidade a professora sempre foi ativa politicamente, mas é a primeira vez que a prefeitura toma a autoritária medida de perseguir politicamente Sabrina Luz ao tentar puni-la por exercer sua liberdade de expressão.

Entendemos que a manifestação de qualquer pessoa nas redes sociais em defesa dos direitos de uma categoria profissional, faz parte do exercício da liberdade de organização sindical e de expressão, fundamental em uma democracia. Por isso exigimos do Prefeito Welberth Rezende (Cidadania23), da Secretaria de Educação e da

Procuradoria Geral do Município de Macaé que cessem as acusações e encerrem o processo administrativo e qualquer outro procedimento coercitivo contra a servidora, dirigente sindical e militante política Sr<sup>a</sup> Sabrina Luz.

#### **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE A ALEX FERNANDES**

A CSP CONLUTAS – Central Sindical e Popular reunida em sua Coordenação Nacional em 05, 06 e 07 de novembro de 2021, externa total apoio e solidariedade ao vice-presidente da CIPA – linha 3 – vermelha do Metrô de SP, Alex Fernandes, em virtude da arbitrária suspensão aplicada pela direção do metrô como represália a sua atuação no combate a estratégia da Cia que coloca em risco os trabalhadores.

A CSP-CONLUTAS repudia toda perseguição e assédio moral e alerta a direção da Cia de Metrô de SP que vem acumulando denúncias e processos por práticas antissindicais contra dirigentes, cipistas e ativistas em geral com punições e até demissões que tal postura fere a legislação trabalhista e convenções internacionais de proteção aos trabalhadores.

Exigimos o fim das perseguições, liberdade de organização no local de trabalho e a retirada imediata da punição arbitrária ao cipista Alex Fernandes.

#### **MOÇÃO PELA IMEDIATA REINTEGRAÇÃO DOS GARIS BRUNO DA ROSA E ANDRÉ BALBINA, E PELO ATENDIMENTO DE TODAS AS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA**

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas reunida em 05, 06 e 07 de novembro de 2021 exige o fim do processo de retirada de direitos e o congelamento salarial (o acordo coletivo de 2020 sequer foi negociado). Trata-se de uma categoria essencial, atuando na limpeza da cidade, que nunca parou na pandemia da Covid-19.

Para cobrar abertura de diálogo e negociações com a COMLURB os trabalhadores garis vem realizando reuniões e protocolos junto a direção da empresa. No dia 20 de outubro realizaram uma grande passeata até a prefeitura exigindo a abertura de negociações e o imediato atendimento das reivindicações diante da intransigência da cúpula dirigente dessa empresa pública.

Porém, não só não obtiveram respostas, como são alvos de perseguições e práticas antissindicais (trocas arbitrárias de turno de trabalho para evitar que ativistas compareçam as manifestações, por exemplo). Isso chegou ao ponto mais alto no dia 22/10 quando Bruno da Rosa, integrante da Comissão de Negociação votada em assembleia do Sindicato do Asseio e Conservação, foi demitido. Uma ação arbitrária e ilegal (contrariando sua estabilidade adquirida como integrante da CIPA). Essa demissão ilegal deve ser revertida. Nesse mesmo dia, o gari André Balbina, ativista da categoria também foi arbitrariamente demitido.

Ao invés de perseguir e demitir os trabalhadores e suas lideranças sindicais, o presidente da COMLURB e o prefeito Eduardo Paes (PSD) deveriam ter uma postura de valorizar essa categoria de profissionais tão necessários a limpeza, asseio e conservação das áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Exigimos da cúpula dirigente da COMLURB e ao conjunto das autoridades municipais a reintegração dos demitidos, o atendimento de todas as reivindicações e imediata abertura da Campanha Salarial de 2021.

#### **MOÇÃO DE REPÚDIO AO PLC 26/2021**

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar n.º 26/2021.

O PLC pretende modificar a estrutura administrativa e alterar temas pertinentes ao regime jurídico dos servidores públicos, acabando com as faltas abonadas, reduzindo o abono de permanência, eliminando com a pecúnia da licença prêmio, diminuindo as faltas injustificadas para acelerar as demissões, reduzindo os salários dos professores e servidores contratados pela Lei n.º 1093/09 (Categoria O), e prejudicando os aposentados e pensionistas com a farsa da bonificação (que não será incorporada ao salário base).

O projeto vai prejudicar os servidores e precarizar ainda mais os serviços públicos, como saúde, educação, segurança pública, entre outras áreas. Dória, que já fez a Reforma da Previdência confiscando do salário dos aposentados valores que chegam a R\$ 800 mensais, tenta impor uma Reforma Administrativa (PLC 26) seguindo a política de Bolsonaro de sucateamento dos serviços públicos e precarização dos servidores

Vista como uma Reforma Administrativa Estadual, a PLC 26/2021 retira direitos dos funcionários públicos e, assim sendo, repudiamos tal medida, exigimos que seja retirada de pauta e/ou desaprovada

#### **MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO**

Os servidores públicos da cidade de São Paulo estão em greve unificada desde o dia 19 de outubro contra alterações na carreira e contra a Reforma da Previdência, chamada SampaPrev2.

O governo Nunes (MDB), suspeito de envolvimento com a chamada "máfia das creches" já aprovou a criação de mais cargos comissionados e o aumento do vencimento destes e inclusive do próprio prefeito, favorecendo os cargos em nomeação.

Quer agora atacar as férias, as abonadas e a aposentadoria dos servidores.

Este governo municipal, assim como o governo estadual, em verdade, está em consonância com a PEC 32 do governo federal, a qual pretende acabar com a estabilidade dos servidores em todas as esferas, privatizar e precarizá-los, oficializando as contratações por rachadinhas, método este que legitima a corrupção nos serviços públicos.

Repudiamos os votos de todos os partidos favoráveis ao Sampa Prev2, o que causou espanto na categoria é que parte da bancada do PT, liderados pelo vereador Eduardo Suplicy tenha votado à favor de parte destes ataques. Diante da condução burocrática da greve pelo Fórum das Entidades, o Comando de Greve - formado por ativistas de base - levantou acampamento para chamar a atenção da população a esse desmonte do serviço público.

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas reunida em 05, 06 e 07 de novembro de 2021 repudia o voto de todos os partidos neste projeto, inclusive o voto do PT em parte destes projetos, se solidariza com o acampamento e apoia a greve dos servidores municipais de São Paulo.

**SampaPrev2, não!**

**PEC 32 não!**

**Em defesa dos serviços públicos municipais, estaduais e federais!**

**Fora Bolsonaro, Mourão e Guedes Já!**

### **MOÇÃO DE APOIO AOS ASSENTAMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA DO VALE DO PARAÍBA E AOS LUTADORES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS DO LITORAL NORTE**

No Vale do Paraíba existem 5 assentamentos de lutadores e lutadoras acampados e no Litoral Norte temos assentamentos de Quilombolas e Indígenas.

Ambos os setores estão sofrendo sérios ataques como incêndios criminosos e ocupação de Terras indígenas Quilombolas e nas áreas ambientais dos assentamentos.

No Vale do Paraíba e Litoral norte temos nos organizado nas mais diversas frentes unitárias partidos de esquerda, sindicatos, movimento popular, estudantil e de Direitos Humanos.

Neste sentido nos delegados e delegadas reunidos na Coordenação Nacional da CSP Conlutas realizada em 05, 06 e 07 de novembro de 2021 APOIAMOS e nos solidarizamos com esta luta dos assentamentos e repudiamos qualquer tipo de ataques criminosos com indícios BOLSONARISTAS a estes movimentos.

### **MOÇÃO: PELO FIM DA PERSEGUIÇÃO AOS ATIVISTAS SOCIAIS ARGENTINOS!**

O petroleiro Daniel Ruiz esteve preso por 13 meses e o metalúrgico Sebastian Romero, da General Motors, que está em prisão domiciliar até hoje, ambos perseguidos políticos pelo poder judiciário argentino, por terem participado das manifestações e do ato contra a reforma previdenciária do governo Mauricio Macri em dezembro de 2017.

Exatamente em 18/12/2017 cerca de 162 trabalhadores foram feridos e mais de 60 foram presos, fruto de uma impressionante violência policial, em uma batalha campal provocada pelos aparatos de repressão contra os trabalhadores que reagiram contra a reforma neoliberal da previdência de Macri.

Em 18 de outubro haverá um ato em Buenos Aires pela absolvição de Daniel Ruiz e a imediata liberdade dele e de Sebastian Romero. A sentença do processo de Daniel Ruiz está programada para ser pronunciada em 14 de novembro.

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas reunida em 05, 06 e 07 de novembro de 2021 se solidariza com os companheiros perseguidos e se somam a luta pela exigência de absolvição de Daniel Ruiz e Cesar Arakaki e a liberdade imediata de Sebastian Romero.

**- Pela absolvição de Daniel Ruiz e Cesar Arakaki!**

**- Pela liberdade imediata de Sebastian Romero!**

**- Lutar é um direito! Não a criminalização das lutas!**

### **LIBERDADE AO POVO CUBANO: APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES DO 15N NO PAÍS**

No dia 11 de julho deste ano, em várias cidades do país, a população cubana saiu às ruas para exigir alimentos, assistência médica e liberdade.

Assim como ocorre na maior parte dos países da América Latina, a população cubana sofre os efeitos da crise econômica no país combinada à pandemia, o que afetou brutalmente o principal setor econômico da ilha, o

turismo. Cuba também sofre um bloqueio econômico dos EUA, afetando principalmente as remessas de divisas (dólares) à ilha pela população emigrada, assim como outros setores de abastecimento e serviços.

O povo cubano passa por toda essa escassez, porém, sob uma ditadura que não lhe permite manifestar-se, nem se organizar em entidades livres de trabalhadores ou estudantes.

Após o 11J, mais de 1000 pessoas foram presas, centenas seguem esperando julgamentos (muitas vezes sumários (que correm sem possibilidade de preparação de defesa) e com ameaças de penas duríssimas, acima dos 20 anos, sob acusação de tentativa de golpe ao governo. Além disso, ao menos dois jovens artistas foram expulsos do país sem direito de retorno (desterro) no período. Também houve o endurecimento das leis que controlam as manifestações virtuais com o decreto de cibersegurança.

Nesse cenário, alguns jovens intelectuais, artistas e estudantes, organizaram uma plataforma de debate chamada Archipiélago, com o objetivo de representar a pluralidade de ideias na ilha. Em setembro, o grupo protocolou um pedido de marcha cívica autorizada, como está na Constituição, para pedir direitos e a liberdade dos presos. No final do mês passado, o governo negou, alegando que isso seria contrarrevolucionário e contra o “socialismo irrevogável” do país.

Archipiélago, no entanto, decidiu manter a Marcha e hoje seus membros sofrem com a escalada repressiva do governo. Entre prisões, demissões, intimações, ato de repúdio na porta de casa, cortes de internet e uma extensa campanha dos meios de comunicação — todos controlados pelo governo.

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas reunida em 05, 06 e 07 de novembro de 2021 repudia a repressão do governo cubano e defende o direito dos trabalhadores e a juventude do país lutarem por vida digna e liberdade, assim como de todos os povos do mundo.

Chamamos a todas as entidades a cobrirem de solidariedade a luta do povo cubano, apoiar sua legítima manifestação com cartazes, vídeos, moções e divulgando qualquer repressão que sofra no dia de sua Marcha.

**Liberdade a todos os presos políticos em Cuba!**

**Apoio ao 15N!**

**Nenhuma intervenção imperialista em Cuba!**

**Fim do bloqueio dos EUA!**

## **RESOLUÇÃO SOBRE O AFGANISTÃO**

Desde os ataques às Torres Gêmeas em 2001, 38 milhões de pessoas tornaram-se refugiadas como resultado direto das guerras perpetradas pelo imperialismo norte-americano. Entre eles estão mais de seis milhões de afegãos, e esse número está crescendo rapidamente.

Os Estados Unidos intervieram no Afeganistão muito antes de invadir o país com seus aliados em 2001 e de lançar a “guerra contra o terror” em nome da “democracia”.

Na década de 1980, os Estados Unidos financiaram e apoiaram fundamentalistas que depois criaram o Talibã, sempre de olho nos interesses geopolíticos da região e na riqueza dos recursos naturais afegãos. Em 2001, as forças da OTAN se juntaram, igualando-se às dos Estados Unidos em sua brutalidade.

As poderosas forças do imperialismo desencadearam vinte anos de massiva carnificina enquanto a indústria armamentista contabilizava seus lucros. 164.000 afegãos foram mortos – dos quais 47 mil civis – e inúmeros outros feridos. Tudo isso enquanto as forças dos Estados Unidos e OTAN cometiam crimes de guerra com total impunidade.

Antes mesmo das forças de ocupação se retirarem em agosto de 2021 o governo fantoche entrou em colapso e o presidente Ashraf Ghani fugiu. Os Estados Unidos, a OTAN e todos os regimes cúmplices da política externa norte-americana são os responsáveis pela crise que hoje se desdobra no Afeganistão, hoje em situação muito pior do que em 2001.

Em seu lugar, um outro inimigo dos direitos operários e populares, o Talibã, ressurgiu. O Ministério para a Propagação da Virtude e a Prevenção do Vício voltou, tentando recuperar o controle sobre todos os aspectos da vida de meninas e mulheres. Os preços dos bens essenciais dispararam. O desemprego é alto e a fome ameaça em meio ao caos político e uma forte seca.

A interferência dos EUA na região não terminou, apenas assumiu uma nova forma. O secretário de Estado Antony Blinken declarou uma política militar “além do horizonte”, que é um novo capítulo nas relações dos Estados Unidos com o Afeganistão. Os Estados Unidos continuarão a usar ataques de drones contra alvos civis e militares que atrapalharem os objetivos imperialistas na região.

O povo afegão deseja a paz depois de vinte anos de guerra e ocupação militar. A expulsão dos Estados Unidos e das tropas estrangeiras é uma vitória das massas afegãs, que o Talibã se beneficia, se apropriando da resistência popular que tornou insustentável a presença do imperialismo por mais tempo, assim como ocorreu antes no Iraque, de onde os EUA também tiveram que sair fugindo.

Mas para haver a paz desejada pelos trabalhadores é preciso lutar contra o novo governo teocrático dos talibãs, pelos direitos democráticos, contra a opressão às mulheres e aos LGBTQIA+, pela reforma agrária e contra o capitalismo, que os talibãs mantêm intacto, apenas sob um novo regime.

Neste momento, há muitos ativistas perseguidos e sofrendo violência no Afeganistão, entre eles membros da Esquerda Radical do Afeganistão, que contribuem com uma publicação chamada Eteraz ou “O Protesto”, que vinha sendo distribuído entre estudantes, professores, ativistas contra a ocupação, e pessoas que se opunham ao regime de Ashaf Ghani, incluindo mulheres e a oposição anti-Talibã na maioria das províncias do país. Hoje, a equipe e os escritores do Eteraz e suas famílias estão escondidos. Apesar da perseguição contra eles pelo Talibã, eles mantêm sua revista online.

A CSP-Conlutas se solidariza com os lutadores afegãos, em especial as mulheres que estão resistindo, e defende:

- **Fora imperialismo do Afeganistão e de toda a região**
- **Indenizações de guerra ao povo afegão pagas pelos Estados Unidos e pela OTAN. Sem nenhum condicionamento.**
- **Abrir imediatamente as fronteiras dos Estados Unidos, das nações da OTAN e de qualquer país capaz de receber refugiados do devastado Afeganistão**
- **Fim dos ataques de drones dos EUA e de qualquer outra forma de intervenção imperialista**
- **Abrir as escolas para todas as meninas no Afeganistão e permitir que as mulheres trabalhem fora de casa**
- **Apoiar a resistência de trabalhadores, jovens, LGBTQIA+, socialistas, mulheres, ativistas dos direitos humanos e lutadores em geral contra o Talibã.**
- **Abaixo o regime talibã. Por um governo dos trabalhadores.**
- **Por um Afeganistão livre, soberano, socialista, laico e sem machismo e LGBTfobia.**

#### **DIA 11 DE NOVEMBRO - PROTESTOS E VIGÍLIA EM ANGOLA**

Os 45 anos da independência em Angola, lembrados em 11 de novembro de 2020, foram marcados por atos de protestos com repressão e detenções. Cerca de 400 pessoas foram anunciadas como desaparecidas naquele momento e, após a dispersão forçada da manifestação antigovernamental - ocorrida na véspera - no dia 07, a polícia admitiu existir pelo menos 100 detenções.

Os protestos exigiam o fim da ditadura e melhores condições de vida para a população, além de, concretamente, reivindicar uma data para as primeiras eleições autárquicas.

E como resultante dos protestos e das lutas destaca-se o fato mais grave que foi a morte do jovem Inocência de Matos, de 26 anos, por ferimentos na cabeça, causados pela repressão policial. Inocência foi atingido por disparo de arma de fogo enquanto estava ajoelhado, numa atitude de resistência pacífica ao ataque policial que utilizava disparos de armas e lançamento de gás lacrimogêneo, em uma das principais avenidas de Luanda: Avenida Brasil.

Depois do assassinato a polícia impediu os manifestantes de levarem o corpo de Inocência de Matos e nos dias seguintes tentou desqualificar as denúncias sobre a agressão sofrida por Inocência. O comandante provincial da Polícia Nacional de Luanda, Eduardo Cerqueira, negou o fato de ter morrido alguém na manifestação e que o jovem Inocência tinha apenas se ferido, estava só inconsciente e havia sido levado para o hospital. Depois o médico do hospital alegou que, o jovem universitário, tinha sido morto pelo golpe de algum “objeto contundente” que poderia ter sido “um pau ou um pedaço de metal de ferro” que supostamente poderia ter sido feito por qualquer um.

No entanto, a morte de Inocência se enquadra no rol de violência constante do regime ditatorial angolano, que tenta disfarçar sua repressão, mas que explicitamente é marcada por uma quantidade monumental de violações aos direitos, liberdades e garantias individuais e coletivas dos cidadãos.

Em virtude destas mentiras, das tentativas de manipulação do MPLA e do governo de João Lourenço, a família de Inocência Matos exigiu uma segunda autópsia. Como houve esta violação o advogado da família rejeitou participar da autópsia do corpo, pois não foi autorizado a entrada de um fotógrafo e a família Matos foi impedida de saber as verdadeiras causas da morte do estudante.

Por isso, a família encaminhou uma carta à Procuradoria-Geral da República de Angola (PGR) solicitando a autorização para que um médico legista independente e um fotógrafo acompanhassem a autópsia. Para pressionar a autorização, o pai - Alfredo de Matos - realizou uma vigília em frente ao Palácio da Justiça para obter esta segunda autópsia.

Em virtude disso, Inocência somente foi enterrado dezessete dias depois da sua morte, quando ocorreram novamente grandes manifestações contra o governo angolano.

Na Universidade Agostinho Neto, onde Inocêncio estudava, os agentes do Serviço de Inteligência e de Segurança do Estado (SINSE) entraram para barrar qualquer protesto, proibindo a entrada de estudantes que usavam roupa preta simbolizando o luto pelo colega morto.

Inocêncio se transformou em um ícone da luta contra a ditadura do MPLA. O retrato de um jovem estudante de uma família humilde que foi para as ruas para lutar e conquistar um futuro para sua vida.

Neste próximo dia 11 de novembro está programado a realização de vigílias e atos em Angola e no exterior, em memória de Inocêncio Matos, lembrando a sua luta e a necessidade de colocar para fora o governo burguês e corrupto de João Lourenço.

### **ABAIXO A DITADURA DO MPLA**

Angola está situada na parte austral da África Ocidental. É um dos países mais ricos do continente, devido aos seus recursos minerais e naturais, mas a maioria de sua população vive na miséria. Angola e seu povo foram saqueados pelo domínio português, desde 1482, sofrendo com exploração e repressão do império colonial.

Três partidos/movimentos se engajaram na luta anticolonial em Angola, nos anos 1960-70, são eles: o MPLA, (Movimento Popular de Libertação de Angola); a Unita (União Nacional Para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação do Leste). E a independência do país foi proclamada em 11 de novembro de 1975.

Fruto das mobilizações populares o MPLA conquistou o poder, mas ainda teve que enfrentar uma guerra civil para derrotar as demais organizações guerrilheiras que recebiam o apoio do imperialismo, fundamentalmente, tais organizações contavam com o suporte norte-americano e do governo do apartheid, da África do Sul. Contudo, foi um período bastante difícil para a população do país, pois as estimativas do número de mortos, nesta guerra civil, variam entre 500 mil e 2 milhões.

Depois da guerra o MPLA passou a controlar o aparato estatal seguindo as diretrizes stalinistas, ditadas pela burocracia da União Soviética e pelo governo castrista de Cuba. E sob esta orientação, não expropriaram nem o imperialismo norte-americano e nem o europeu que continuaram explorando o petróleo e o minério do país através das grandes multinacionais e, para além disso, passaram a reprimir e eliminar fisicamente seus oponentes. Dito isso, ressalta-se o massacre mais marcante ocorrido em maio de 1977, onde os opositores foram perseguidos, sequestrados e mortos. Assim, o MPLA se aproveitou da ocasião para eliminar toda uma vanguarda que se construiu no processo do poder popular, como nas brigadas femininas, os intelectuais, artistas e dentre outros que tinham uma perspectiva revolucionária. E até hoje o governo não se responsabiliza e nem entrega os cadáveres aos familiares.

Atualmente, o MPLA a partir do Estado e de seus tribunais realiza mais um ataque antidemocrático intervindo diretamente dentro da UNITA destituindo seu presidente. Desta maneira, o governo busca evitar que o representante da UNITA possa concorrer às eleições presidenciais, de 2022, e tenha a possibilidade de ganhá-las. Isso porque o grau de insatisfação do povo com o governo de João Lourenço é muito grande. Assim, esta intervenção deve ser repudiada por todo o movimento social, dentro de Angola e internacionalmente, por interferir nos trâmites do processo eleitoral ao impedir a candidatura.

No entanto, é fundamental analisar com profundidade o que realmente são, na atualidade, a UNITA e o MPLA que se transformaram em grandes partidos políticos burgueses. O MPLA está se garantindo no poder aplicando uma política burguesa e em total aliança com o imperialismo. Por isso, não há dúvida de que a primeira tarefa dos movimentos sociais é o de derrubar a ditadura constituída pelo MPLA, conquistar um regime com liberdades democráticas no qual a classe trabalhadora deixe de ser perseguida e presa pela ditadura. E ainda, trabalhadores, movimentos populares, mulheres e dentre outras minorias conquistem direitos em que possam organizar suas entidades de classe e o movimento sem a interferência da burocracia do Estado e sua polícia política. Contudo, após caracterizar o MPLA passamos a UNITA a seguir.

### **A UNITA NÃO É UMA ALTERNATIVA PARA A CLASSE TRABALHADORA E A JUVENTUDE**

Hoje muitos jovens revolucionários estão indo as ruas contra a ditadura do MPLA, indignados por décadas de repressão e perseguição. Neste momento, estão particularmente indignados com a manobra e o golpe que o governo de João Lourenço está dando na democracia quanto intervém na UNITA e tira seu presidente, Adalberto Costa Júnior, o principal líder da oposição. Adalberto Costa é apontado em pesquisas (como da AngoBarómetro) com 40% da intenção de votos para as próximas eleições presidenciais, superando em 2% João Lourenço. Com o objetivo de tirá-lo da disputa presidencial, de 2022, na qual muitos acreditam que possa se dar a alternância do poder.

Mas com isso são geradas expectativas e esperanças em Adalberto Costa e na UNITA. No entanto, queríamos lembrar aos nossos irmãos de luta (com todo respeito e reconhecimento a sua combatividade), que nem a UNITA ou qualquer outro partido burguês, que hoje formam a Frente Patriótica, vão levar a luta para derrubar o

MPLA e conquistar liberdades democráticas até o fim. O que seria absolutamente necessário, pois como escreveu Nahuel Moreno “Nenhum setor privilegiado aceita perder seus privilégios (...) Pelo contrário, todo setor privilegiado tende a aumentá-los”

A UNITA é o segundo maior partido do país, se apresenta como oposição, mas está totalmente adaptado ao regime e na verdade é parceira do MPLA nele. Tal afirmativa se expressa pode se confirmada por diversos fatos, um deles ocorrido antes da reunião do Conselho da República da qual faz parte o presidente, João Lourenço, quando deu posse a Isaiás Samakuva como membro deste comitê, por ser presidente da UNITA (a UNITA tem vaga cativa no Comitê da República), destacou suas qualidades como dirigente. Samakuva respondeu ressaltando a aliança do trabalho conjunto: “Essa responsabilidade leva-nos a trabalhar para a unidade nacional, leva-nos a estar mais próximos do senhor Presidente com o nosso saber, a nossa experiência para podermos ajudar naquilo que for necessário”.

Reafirmamos que hoje a prioridade é tirar o MPLA do poder e para isso podemos e devemos realizar “unidade de ação” com setores da UNITA para conseguir isso, mas lembramos: a UNITA não tem a estratégia de realizar grandes mudanças. *Isso está explícito no seu próprio manifesto onde defende que, no máximo, pretende “a alternância de poder” defendendo uma “reconciliação entre [...] todos”, uma “convivência harmônica”. Por isso, a UNITA também se coloca em “total disponibilidade” para estabelecer um entendimento com relação à legislação eleitoral para as autarquias.*

Então, não se colocam com o objetivo de acabar com o caos econômico em que vive o país, tampouco pretendem pôr fim a miséria dos trabalhadores, da juventude e da população mais carente. Isso está evidenciado, também, no seu “Programa de Emergência Nacional” em que defende uma intervenção econômica imperialista. Diante disso, é que pode-se afirmar que a UNITA é uma organização burguesa, submissa à política imperialista, tanto norte-americana como europeia.

A afirmativa de que a UNITA é um partido burguês pode ser constatada também na participação na Internacional Democrática do Centro (IDC). Que é atualmente presidida por Andrés Pestrana que, quando foi presidente da Colômbia, reprimiu os trabalhadores e foi responsável por operações militares que causaram violações aos direitos humanos e ao Direito Internacional Humanitário (DIH). NA IDC também faz parte o partido “Democratas”, o DEM no Brasil, que apoia o governo Bolsonaro. E, o pior de tudo, faz parte o Fidesz (União Cívica Húngara) do qual o atual presidente, Viktor Orban da Hungria, mantém “atitudes xenofóbicas, [de] medo e ódio” e seus discursos apresenta-se como anti-imigração e rejeitam veementemente o multiculturalismo, uma concepção onde não há espaço para imigrantes muçulmanos e tampouco africanos.

Por ser um partido burguês, a UNITA representa – e é constituída – por parte das classes sociais abastadas, e que vivem muito bem, enquanto a maioria do povo angolano vive na insegurança de não saber como vai ser o dia de amanhã. Se opõem ao MPLA de fachada, pois se beneficia do atual regime ditatorial, recebendo uma fatia menor do “bolo” e o que quer é ganhar uma fatia maior e para isso aposta em uma vitória nas eleições de 2022.

### **CONSTRUIR UMA NOVA DIREÇÃO DA JUVENTUDE, DOS TRABALHADORES E POBRES**

Derrubar o MPLA e conquistar liberdades democráticas, mesmo que limitadas, representarão um importante passo à frente em relação a ditadura que governa o país há décadas. Porém, os problemas estruturais do povo pobre e da classe trabalhadora não serão resolvidos só com isso. Angola precisa de uma revolução que socialize, de verdade, os grandes meios de produção em benefício do povo, como o petróleo e o minério. Só quem poderá levar isso cabo são os trabalhadores e a juventude.

Inocência de Matos era parte desta juventude proletária lutadora, assim como os 17 jovens, presos, agredidos e torturados, em 2015 porque queriam derrubada de José Eduardo dos Santos. Jovens conhecidos como os “15+2”, acusados dos “atos preparatórios para a prática de rebelião”.

Jovens que, tendo a participação de homens e mulheres, estão à frente da organização de atos públicos e manifestações em defesa da liberdade e contra o governo do MPLA, sendo a referência e exemplo para a classe trabalhadora.

São eles, junto com os setores mais explorados da sociedade, os operários, como os petroleiros ou os trabalhadores da mineração, que devem construir a verdadeira aliança para construir uma alternativa de direção ao processo de transformação social que Angola e os demais países africanos precisam: uma verdadeira Revolução Socialista com a classe trabalhadora e a juventude na sua vanguarda.

Ainda que para derrubar o MPLA se possa organizar “unidade de ação” a saída para esta luta não será com uma política policlassista. Pois os interesses da classe burguesa, hoje donos do país, de explorar os mais pobres e entregar as riquezas da nação as multinacionais, não pode se associar aos interesses dos de baixo, os mais pobres, de conquistar uma vida digna. São interesses opostos e antagônicos. Buscar uma política de conciliação de classe levará inevitavelmente a que os trabalhadores sejam prejudicados pelos mais ricos.

Deve ser levada uma luta combinada, pelas questões “democráticas” com a de realizar uma revolução social. *Nas palavras de Leon Trotsky “as tarefas democráticas se entrelaçam com as socialistas.*

*A luta por liberdades democráticas deve caminhar passo a passo com a luta pelo verdadeiro socialismo. No qual exista o respeito ao direito a vida, a liberdade e as necessidades dos trabalhadores e do povo pobre.*

Processos revolucionários continuam a ocorrer em todos os continentes, como também na África, com a luta de nossos irmãos no Sudão. Nossa tarefa é superar as direções burguesas, reformistas e não revolucionárias, e construir uma organização revolucionária para estar à frente das massas nesta luta.

Em Angola os “revús” podem ser o embrião desta organização do qual nascerão os núcleos das organizações revolucionárias.

### **SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL AO DIA 11**

Os manifestantes que vão as ruas, no dia 11, vão precisar da solidariedade da classe trabalhadora e da juventude internacional, principalmente a portuguesa e brasileira. Isso será fundamental para que a luta contra a ditadura seja vitoriosa. Por isso, estaremos juntos nestas manifestações, expressando nossa solidariedade internacional a nossos irmãos que estão em Angola.

### **RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI**

O Haiti continua sofrendo a ingerência do imperialismo, sendo utilizado por países estrangeiros para explorar seus recursos naturais e seus trabalhadores em regime de semiescravidão. Com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre 2004 e 2017, essa exploração foi direta, sob ocupação militar, o que deixou um rastro de destruição, morte, doenças, fome, miséria e estupros, incluindo crimes de violência sexual contra mulheres e crianças pela MINUSTAH.

Lula foi o responsável por fazer do Brasil um agressor e ocupante deste país, inclusive liderando as tropas que levaram a cólera ao Haiti, e mataram milhares de haitianos, via fome, balas e doenças, além de realizarem estupros e todo tipo de violência e ataques às liberdades e direitos humanos da população do Haiti. Após Lula, Dilma e Temer mantiveram as tropas brasileiras agredindo os haitianos.

Mas nem a saída das tropas de ocupação resolveu o problema nem devolveu a soberania ao Haiti. Há 4 anos, tudo continua com a mesma essência, mas com uma aparência diferente. Agora, quem governa o Haiti, embora tente ocultar, é o Core Group, formado pelos embaixadores dos Estados Unidos, França, Espanha, Brasil, Alemanha, Canadá, Uniao Europeia, além de representantes da ONU e da OEA. O Core Group não governa o Haiti diretamente, mas seus membros o fazem por meio de seu poder diplomático, com o qual mantêm o controle de todas as decisões políticas mais importantes do país, incluindo a nova Assembleia Constituinte, quais serão os líderes do Haiti, o seu regime de exploração econômica, etc.

As tropas MINUSTAH chegaram ao Haiti após o golpe contra o presidente Aristides, e depois a ONU assumiu a fachada de ocupação, para disfarçar o intervencionismo das nações imperialistas, em nome de quem a ONU agiu. O Core Group, agora, faz o mesmo, dirigindo os governos do Haiti a partir do exterior, impondo presidentes que o povo não reconhece como legítimos, e que massacram os trabalhadores deste país.

Estas forças estrangeiras impuseram o ditador Jovenel Moise, morto recentemente, e, depois de sua morte, decidiram novamente quem seria seu sucessor. O Core Group é o cartel de nações que continuam controlando as instituições e as leis que o capitalismo e a burguesia internacional definiram para o Haiti, sem nenhum poder popular ou democracia.

Neste exato momento, tropas imperialistas estão na fronteira da República Dominicana com o Haiti, apoiadas pelo governo dominicano, para invadir novamente o Haiti, a pretexto de libertar norte-americanos que estariam sequestrados.

É urgente expulsar o imperialismo e o Core Group do país e garantir que os haitianos definam seu futuro.

Expulsar o Core Group significa exigir a dissolução desta organização internacional e de todas as suas reuniões ou resoluções, além de expulsar todos os agentes militares e assessores estrangeiros que ainda se encontram no país, rejeitando todas as leis impostas sem voto popular e garantindo imediatamente o direito do povo haitiano de escolher seu governo, fazer suas leis e controlar suas riquezas e defesa militar, sem aceitar qualquer decisão estrangeira.

Por isso, a CSP-Conlutas resolve:

- **Defender o povo haitiano denunciando a presença do imperialismo, do Core Group e dos governos fantoches que eles escolhem sem participação popular, exigindo a expulsão de todos eles.**
- **Abaixo qualquer nova invasão do Haiti, independente do pretexto.**
- **Que as fronteiras de todos os países sejam abertas aos imigrantes haitianos.**
- **Que o povo haitiano decida seu próprio destino.**

- **Todo apoio aos organismos de luta dos trabalhadores haitianos. Abaixo o governo corrupto e ilegítimo. Por um governo dos trabalhadores e explorados.**

### **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE CONTRA A DEMISSÃO DE UM COMPANHEIRO BANCÁRIO DO MAS DE PORTUGAL** *Sobre a demissão de Membro da Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Santander Totta (Portugal) e ataque a representantes dos trabalhadores.*

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas reunida em 05, 06 e 07 de novembro de 2021 tomou conhecimento que o Banco Santander Totta, no quadro de uma brutal destruição de postos de trabalho efetuada nos últimos 12 meses e que já soma 1242 trabalhadores a perder o emprego, pretende agora efetuar despedimento coletivo onde inclui o membro eleito da Comissão Nacional de Trabalhadores para o mandato de 2020/2024, Jorge Alexandre Morgado Mendes e diversos outros membros da estrutura de sub – Comissões de Trabalhadores eleitas em Balcões e Serviços do Banco.

O ataque direto a um membro da Comissão Nacional de Trabalhadores visa fragilizar a ação da CNT no combate ao despedimento coletivo, e no apoio ao conjunto dos trabalhadores, neste momento crítico da vida do Banco e dos seus trabalhadores permanentemente a serem alvo de ameaças e assédio.

Assim, requeremos à Administração do Banco Santander Totta que respeite a representação nacional dos trabalhadores e retire a ameaça de despedimento a este membro da CNT.

Mais se requer do Ministério do Trabalho que garanta o direito democrático da representação dos trabalhadores e do exercício do mandato para o qual foram eleitos.”

### **DEFESA DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA E CONTRÁRIA A PORTARIA NEGACIONISTA DO MTE**

Às vésperas do Dia de Finados, em 1º de novembro de 2021, quando mais de 600 mil famílias brasileiras sofrem pela perda precoce de entes queridos para o Covid-19, o Ministério do Trabalho e Previdência lança a Portaria MTP nº 620, retirando a obrigatoriedade de trabalhadores tomarem a vacina contra a Covid-19 e, assim, criando um ambiente de insegurança e desproteção sanitária.

Mais do que uma distorção do entendimento sobre as regras de convívio social, essa é a nova demonstração, por parte do governo, de total falta de sensibilidade e empatia.

O advento da vacina contra o Coronavírus em tempo recorde foi uma conquista da humanidade que nos permite retomar a economia e um saudável convívio social.

Felizmente é tradição do povo brasileiro aderir a campanhas de vacinação e virar as costas para ideologias perversas que, através de informações falsas, disseminam o movimento antivacina. Ideologias que tem força em outros países e que o presidente Jair Bolsonaro, com sua costumeira postura antissocial, insiste em defender.

Esse governo que agora retira a obrigatoriedade de vacina e que contraditoriamente determina que as empresas façam testagem em massa nos trabalhadores, é o mesmo que jogou testes no lixo e que trata a Covid-19 como “gripezinha”. Sob o pretexto de privilegiar o direito individual a Portaria do MTE fere o direito constitucional de assegurar a saúde e segurança no ambiente do trabalho.

Ao contrário de uma ação autoritária, a obrigatoriedade da vacinação se baseia na responsabilidade de cada um com o coletivo, sendo, desta forma, uma ação democrática. Neste sentido, o TST e o ministério público do Trabalho recomendam a obrigatoriedade da vacinação, o STF decidiu, em 17/12/2020, que a exigência do comprovante vacinal está prevista na Constituição e o Código Penal determina em seu art. Art. 132, pena de detenção de três meses a um ano a quem expõe a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente.

Defendemos a ampla cobertura vacinal, a necessidade de apresentar o comprovante de imunização para frequentar lugares públicos, inclusive no ambiente de trabalho, assim como a atenção aos protocolos de segurança e contenção da pandemia. Defendemos de forma intransigente a ratificação da convenção 158 da OIT que trata da proteção dos empregos contra as demissões arbitrárias!

Acima de qualquer outro, a vida é um direito a ser preservado para todas e todos!

### **MOÇÃO AO SETORIAL NACIONAL LGBTI**

Denunciar em órgãos nacionais DH do OAB, CDH da Câmara e do Senado e das Assembleias Legislativas dos Estados e comissões de DH das câmaras de vereadores das capitais dos Estados e Órgãos internacionais de Direitos humanos da ONU, OEA, Unasul e demais entidades sobre o Crescente Genocídio das pessoas trans representado pelas travestis (sua maioria), pelas transexuais e pelos homens trans que, no Brasil é formado na maioria por negras e indígenas. Genocídio esse que aumentou com a pandemia e com os discursos proto-fascistas do governo Bolsonaro e dos setores conservadores neopentecostais que apoiam este governo e que alimentam a LGBTfobia e principalmente a transfobia.